

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**Aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor
e duas abstenções, na sessão ordinária de vinte e
quatro de abril de dois mil e vinte e seis**

QUADRIÉNIO 2025 - 2029



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DATA E LOCAL DA REUNIÃO: -----

Aos vinte e sete dias de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu ordinariamente, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

Ponto 1 - Aprovação e votação da ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco. -----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto 3 - Período Aberto ao Público - Período de Intervenção. -----

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 4.1 - Processo n.º 1155/2026: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

Ponto 4.2 - Processo n.º 7248/2025: Conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2026 da Ribeira da Teja - Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. -----

Ponto 4.3 - Processo n.º 543/2026: Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025 (artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025 de 30 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2026) - Introdução do Saldo de Gerência de 2025 (orçamental). -----

Ponto 4.4 - Processo n.º 558/2026: Conhecimento da Declaração - Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2025, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Ponto 4.5 - Processo n.º 674/2026: Conhecimento da Declaração – Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Ponto 4.6 - Processo n.º 832/2026: Apreciação e votação das novas peças do procedimento do Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, autorização de despesa plurianual e aprovação da reprogramação financeira. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto 4.7 - Processo n.º 842/2026: Apreciação e votação da proposta da Primeira Alteração Modificativa: a) Receita; b) Despesa; c) Plano Plurianual de Investimentos; d) Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto 4.8 - Processo n.º 867/2026: Apreciação e votação da Proposta – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026. -----

Ponto 4.9 - Processo n.º 871/2026: Apreciação e votação da Proposta de nomeação do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de Dirigente Intermédio de 2º grau da Divisão de Higiene e Meio Ambiente e Obras Particulares. -----

Ponto 4.10 - Processo n.º 1116/2026: Conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, referente ao ano de 2025. -----

DEPUTADOS MUNICIPAIS PRESENTES: -----

Estavam presentes os Senhores: Presidente da Mesa, Filipe Manuel Farto Palavra e Secretárias: Mariluz Passeira Marçal Passeira, como Primeira Secretária e Juliana Sofia Ribeiro Melo Pinto, como Segunda Secretária; bem como os Senhores Deputados Municipais: Maria da Conceição Pinto Constanço, Agostinho Jorge Assunção Marafão, Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha, Ana Helena Barbosa Fachada, Paulo Jorge da Silva Pinto, Paulo Sérgio Cancela Fortuna, António João Caleiro Afonso, Cristina Maria Paixão Moutinho, Luís Carlos Fonseca Rebelo, Alexandre Maximino Oliveira, Rita Sofia Regalo Abrunhosa, Carlos Alberto Correia e Artur Firmino Filipe Ribeiro. -----

Encontravam-se ainda presentes os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a seguir indicados: Paulo Jorge Quintão Morgado (Almendra), José Augusto Poínhos Domingues (Castelo Melhor); Carlos José Martins Sobral (Chãs); Manuel Raúl Reis de Anciães (Custóias); Alexandra Cláudia Exposto Gonçalves Cadete (Horta); Alcino Matias Correia (Muxagata); Tiago Miguel Pedro dos Santos Reis (Numão); José Fausto Ramos (Santa Comba); Maria

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Amélia Pereira Marialva Félix (Sebadelhe); César Norberto Filipe Ribeiro (Seixas); Maria Alice Correia da Silva (Touça) e José Joaquim Soares Saraiva (Vila Nova de Foz Côa). -----

DEPUTADOS MUNICIPAIS AUSENTES: -----

Faltou o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Freixo de Numão, o Sr. Paulo António Sadio Sobral, tendo justificado a respetiva falta. -----

Estiveram presentes vinte e oito dos Srs. Deputados Municipais e dos Srs. Presidentes de Junta. -----

CÂMARA MUNICIPAL: -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Presidente da Câmara, Pedro Miguel de Carvalho Duarte e estiveram ainda presentes as Sras. Vereadoras Vera Lúcia Pires de Carvalho, Ana Maria Proença Filipe e Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e o Sr. Vereador Francisco Pedro Salgado Gouveia. -----

Havendo *quórum*, o **Sr. Presidente da Mesa** saudou os presentes, iniciou a reunião às nove horas e trinta minutos e informou os Srs. Deputados Municipais e Srs. Presidentes de Junta sobre a evolução dos trabalhos relativos ao processo de revisão do Regimento da Assembleia Municipal, a serem conduzidos pela Comissão Permanente previamente eleita. -----

De seguida, propôs à Assembleia Municipal a inclusão na Ordem de Trabalhos de dois **Votos de Pesar, pelo falecimento do Dr. António Gouveia e da Prof. Ana Paula Trigo, assim como o cumprimento de um minuto de silêncio, em memória do ex-presidente de câmara e da ex-deputada municipal.** -----

A introdução dos Votos de Pesar na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária foi aprovada por unanimidade. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal os Votos de Pesar, bem como o cumprimento de um minuto de silêncio, em memória do Dr. António Gouveia e da Prof. Ana Paula Trigo, os quais foram aprovados por unanimidade. -----

Nesta sequência, todos os presentes cumpriram um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. António Gouveia e à Prof. Ana Paula Trigo. -----

Será dado conhecimento do mesmo, assim como da deliberação da Assembleia Municipal, aos familiares do Dr. António Gouveia e da Prof. Ana Paula Trigo. -----

“Expediente Recebido e Expedido”: -----

De acordo com o disposto na alínea m) do ponto número 1 do artigo 29º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, a Mesa deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido e expedido no período compreendido entre dezembro de dois mil e vinte e cinco e fevereiro de dois mil e vinte e seis, que foi enviado juntamente com a documentação respeitante à ordem de trabalhos. -----
Informou ainda que a correspondência se encontrava à disposição para consulta dos Srs. Deputados Municipais. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** passou para o Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 1 - Aprovação e votação da ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, a ata da sessão ordinária do dia vinte e



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os Deputados Municipais. ----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

O Sr. Presidente da Mesa abriu inscrições para o Ponto Dois. -----

Sobre outros assuntos de interesse do Município interveio o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha**, o qual leu um **Voto de Louvor e Saudação a todos os autarcas que exerceram funções na Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesias**, no âmbito da comemoração do cinquentenário do Poder Local Democrático, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a inclusão do referido voto na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

Na sequência do Voto de Louvor e Saudação, o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha** apresentou uma **Proposta para a criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho, em conformidade com o disposto no Anexo B do Regimento da Assembleia Municipal**, para que a mesma organize, no âmbito das comemorações do quinquagésimo aniversário das primeiras eleições autárquicas, um programa que dignifique a importância destas comemorações e do reconhecimento pelos autarcas democraticamente eleitos desde 1976, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a inclusão da referida proposta na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal a introdução do Voto de Louvor e Saudação na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal a introdução da Proposta para a criação de uma Comissão ou Grupo

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Trabalho na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** abriu inscrições para debate deste assunto, não tendo havido intervenções dos Srs. Deputados Municipais. -----

Antes de colocar à consideração da Assembleia o Voto de Louvor e Saudação aos Autarcas e a Proposta para a criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho dedicada à celebração do cinquentenário do Poder Local Democrático, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou ao Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha alguns esclarecimentos sobre a operacionalização da respetiva Proposta. No decorrer da sua intervenção, o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha** propôs que, em adenda à proposta anteriormente apresentada, fosse submetida a votação uma deliberação no sentido de mandar o Sr. Presidente da Mesa para diligenciar a formalização de contactos com vista à constituição da dita Comissão ou Grupo de Trabalho. Mais referiu que essa Comissão ou Grupo de Trabalho poderia integrar membros da Assembleia Municipal, do órgão executivo da Câmara Municipal e, eventualmente, representantes das juntas de freguesia, bem como outras entidades relevantes da comunidade, designadamente estabelecimentos de ensino, associações e outras personalidades consideradas pertinentes. Acrescentou que a definição concreta da composição da referida Comissão ou Grupo de Trabalho ficaria ao critério do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia Municipal o Voto de Louvor e Saudação a todos os autarcas que exerceram funções na Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesias, no âmbito dos cinquenta anos do Poder Local, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

O Voto de Louvor e Saudação será anexado à ata da sessão ordinária. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Sr. Presidente da Mesa colocou também à votação da Assembleia Municipal a Proposta para a criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho, em conformidade com o disposto no Anexo B do Regimento da Assembleia Municipal, para que a mesma organize, no âmbito das comemorações do quinquagésimo aniversário das primeiras eleições autárquicas, um programa que dignifique a importância destas comemorações e do reconhecimento pelos autarcas democraticamente eleitos desde 1976, bem como a nomeação do Sr. Presidente da Mesa como mandatário para a constituição da Comissão ou Grupo de Trabalho. **Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.** -----

A Proposta para a criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho será anexada à ata da sessão ordinária. -----

Ainda neste Ponto, interveio a **Sra. Deputada Municipal Rita Regalo**, a qual, no decorrer da sua intervenção, leu, em nome do Grupo Municipal do PSD, dois **Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. António Gouveia e da Prof. Ana Paula Trigo**, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a inclusão dos referidos Votos de Pesar na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal a introdução dos Votos de Pesar na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** abriu inscrições relativamente a este assunto, não havendo intervenções dos Srs. Deputados Municipais. -----

Nesta sequência, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia Municipal os Votos de Pesar, os quais foram aprovados por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os Votos de Pesar serão anexados à ata da sessão ordinária. Será ainda dado conhecimento dos mesmos, assim como da deliberação da Assembleia Municipal, aos familiares do Dr. António Gouveia e da Prof. Ana Paula Trigo. ---

Ainda no decorrer da sua intervenção, a **Sra. Deputada Municipal Rita Regalo** manifestou o seu profundo orgulho pela mobilização da Associação Juvenil Gustavo Filipe (AJGF), destacando o seu contributo ativo na promoção de valores fundamentais, como a solidariedade e a união, particularmente relevantes no contexto atual. Sublinhou que a AJGF, em articulação com a comunidade local, voltou a demonstrar que o movimento associativo no concelho de Foz Côa está vivo e assente em pilares sólidos de ação. Referiu que, fruto desse empenho coletivo, foi possível proceder à entrega, em Figueiró dos Vinhos, de cerca de uma vírgula trinta e cinco toneladas de bens alimentares e produtos de higiene, assegurando um apoio direto e essencial às populações afetadas pelas mais recentes intempéries. Destacou ainda o caráter prático e inovador da intervenção da Associação, nomeadamente através do reaproveitamento de centenas de metros de lonas provenientes de eventos anteriormente realizados, que foram utilizadas na impermeabilização de habitações, dando resposta a uma das necessidades mais urgentes identificadas no terreno. Acrescentou que, através de fundos próprios e do contributo solidário de diversos apoiantes, foi possível também angariar um montante de seiscentos euros, prontamente aplicado na aquisição de materiais de construção e equipamentos de proteção individual. Concluiu com uma nota de reconhecimento e congratulação dirigida à AJGF e à comunidade fozcoense, enaltecendo o exemplo dado pela juventude e pelo associativismo local, que, no seu entender, se afirmam como motores de uma sociedade mais justa, solidária e resiliente, dignificando o nome de Vila Nova de Foz Côa. -----

Ainda neste Ponto, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual trouxe à discussão três aspetos por si considerados



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

particularmente relevantes no momento atual, sobretudo à luz do recente debate público. -----

Desde logo, abordou a questão da suspensão do transporte ferroviário no troço Régua – Pocinho. Defendeu que a interrupção na Linha do Douro não constituiu apenas um problema de mobilidade, mas representa também um prejuízo direto para o concelho, para a economia local e para a imagem do território, enquanto destino turístico, sobretudo numa época de maior procura turística na região, devido à Festa da Amendoeira em Flor. Afirmou ainda que o encerramento da linha neste período festivo, sem uma alternativa eficaz assegurada pela CP, traduz-se seguramente numa perda de visitantes, numa quebra de receitas para o comércio, restauração e alojamento local, bem como num enfraquecimento da atratividade do território e, conseqüentemente, agrava o isolamento do interior. Na sua opinião, torna-se difícil compreender como um serviço público essencial pôde ser suspenso sem soluções de substituição previamente garantidas. Recordou ainda que o contrato de serviço público celebrado entre o Governo e a CP, com um valor anual na ordem dos noventa milhões de euros, estabelece de forma clara as obrigações do operador para o período 2020–2030, incluindo a necessidade de assegurar alternativas de transporte em caso de interrupção da oferta regular. Por isso, defendeu que não estava em causa um favor da CP, mas sim o cumprimento de uma obrigação contratual, acrescentando que, na prática, o que ocorreu foi uma amputação de acessos fundamentais ao território “*numa fase crítica do calendário*” (referindo-se ao período da Festa da Amendoeira em Flor). Nesse sentido, colocou algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente sobre os eventuais contactos (formais) estabelecidos com a CP e com a Infraestruturas de Portugal, para a exigência de transporte alternativo (rodoviário) e de um calendário concreto para a reabertura da linha; sobre a apresentação de alguma queixa ou pedido de esclarecimentos junto à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; e, por último, sobre as medidas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compensatórias previstas para mitigar os prejuízos sofridos pelos operadores económicos locais. -----

Num segundo momento, abordou a questão da aplicação de herbicidas em espaços públicos do concelho. Referiu que foram divulgadas imagens nas redes sociais que mostraram a utilização de produtos fitofarmacêuticos na via pública, em horário laboral e com circulação de pessoas, o que, no seu entender, gerou preocupação legítima. Recordou que a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, estabelece a preferência por métodos não químicos, como o controlo mecânico ou biológico, sobretudo em espaços públicos. Nesse sentido, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se as aplicações de herbicidas cumpriram os requisitos legais, nomeadamente se foram afixados avisos prévios, se foi respeitado o princípio da prioridade dos métodos não químicos e, por último, por que razão continuam a ser utilizados produtos fitofarmacêuticos em caminhos públicos, quando existem outras alternativas. Referiu ainda ter conhecimento que, por vezes, estas competências são delegadas nas juntas de freguesia, contudo julga pertinente esclarecer quais os mecanismos de fiscalização exercidos pela Câmara Municipal e se existe acompanhamento técnico regular, salientando que está em causa a saúde pública, a segurança ambiental e o cumprimento da lei. Defendeu ainda que num território com população envelhecida, com crianças, com animais, e circulação diária de pessoas, a questão não deveria ser relativizada. Por último, afirmou que a Câmara Municipal tem o dever de garantir que todas as práticas respeitem a legislação, garantindo que a proteção da saúde pública está acima de qualquer conveniência operacional. -----

No terceiro ponto por si elencado, destacou uma publicação recente intitulada “*De Foz Côa a Sernancelhe*”, na qual é exaltado o aumento da procura imobiliária no concelho. No entanto, considera que os dados devem ser analisados com rigor, alertando para o facto de um crescimento percentual elevado poder, simplesmente, resultar de uma base inicial muito baixa (o que parece ser o caso, na sua perspetiva). Nesse sentido, levantou algumas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões, designadamente sobre a natureza do fenómeno (estrutural ou especulativo), o número de novos residentes efetivos e o volume real de escrituras realizadas, realçando que esses seriam os dados mais importantes, na sua óptica. Referiu ainda que o mesmo artigo indicou uma queda de trinta e dois vírgula três por cento no preço médio da oferta imobiliária, o que, no seu entender, levanta dúvidas quanto a tratar-se de uma valorização sustentável ou de eventual falta de atratividade do território. Defendeu também que o aumento da procura não significa automaticamente desenvolvimento, crescimento populacional ou aumento de receita municipal, sublinhando que quem governa deve saber interpretar os dados. Acrescentou que seria desejável maior transparência nos dados das transações, bem como a definição de incentivos claros à reabilitação do centro histórico e de uma estratégia consistente de fixação de população. Relativamente à interpretação do artigo, referiu que “*cada um faz a leitura que quer*”, afirmando que a leitura feita pelo executivo foi de conveniência e não pautado pelo interesse comum. No domínio da reabilitação, abordou o estado de degradação de imóveis classificados como sendo de interesse público, como a Casa Grande de Cedovim e o Solar de Almendra. Reconheceu que se trata de propriedades privadas, mas lembrou que a lei contempla a existência de mecanismos de intervenção. Nesse sentido, questionou o executivo sobre que notificações foram feitas aos proprietários, se houve incumprimento e por que razão não avançou o município com obras coercivas, imputando depois os custos aos proprietários. Considerou que, embora possam existir dificuldades jurídicas, a questão é também estratégica, defendendo que deixar degradar constitui também uma decisão, muitas vezes com impactos negativos para a identidade coletiva. Referiu ainda o caso da Estalagem Senhora da Veiga, descrevendo-a como uma estrutura inacabada, degradada e com risco de derrocada. Concluiu afirmando que, após anos de abandono e soluções ineficazes, se impõe uma nova abordagem, com uma visão renovada e um plano concreto, sublinhando que a gestão municipal exige antecipar problemas e agir com ambição. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão**, que iniciou a sua intervenção por se associar aos votos de pesar e louvor à Prof. Ana Paula Trigo, pelos contributos prestados a esta Assembleia, mas também pelo seu percurso profissional, e ao Dr. António Gouveia, dirigindo a este último uma palavra de reconhecimento muito especial pelo seu papel pioneiro na criação de infraestruturas básicas e equipamentos essenciais no concelho, inclusive pela proposta (concretizada) de elevação de Vila Nova de Foz Côa a cidade. Manifestou igualmente concordância com as propostas apresentadas pelo Deputado Nuno Saldanha. -----

De seguida, destacou alguns aspetos ocorridos entre as duas últimas reuniões da Assembleia. Em primeiro lugar, referiu o cumprimento de uma medida constante do programa eleitoral: o Balcão Móvel para a Inclusão, em funcionamento desde o dia dezoito de fevereiro. Saliu tratar-se de uma iniciativa de proximidade que visa reforçar o apoio social e facilitar o acesso dos munícipes aos serviços municipais, com especial enfoque nas populações mais vulneráveis. Sublinhou que, através de uma viatura própria, os serviços deslocam-se a todas as freguesias do concelho, garantindo um atendimento mais próximo, acessível e personalizado, promovendo uma maior proximidade entre a autarquia e a população. Acrescentou ainda que o Sr. Presidente poderá prestar informações mais detalhadas sobre este serviço. -----

De seguida, fez referência ao IV Encontro Intermunicipal de Cantadores de Janeiras, promovido pela CIM Douro (Comunidade Intermunicipal do Douro), realizado no passado dia vinte e cinco de janeiro, na ExpoCôa. O evento reuniu cerca de seiscentas pessoas e contou com a participação de dezanove grupos, representando os dezanove municípios que integram a CIM Douro. Destacou a importância do evento, marcado pela emoção e partilha, evidenciando a riqueza e diversidade das tradições do Douro e reforçando a necessidade de preservar e divulgar o património imaterial do território. Saliu ainda a participação do Rancho Folclórico de Vila Nova de Foz Côa, que atuou durante a hora de almoço, valorizando as tradições e a identidade cultural do concelho.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Destacou ainda a deslocação a Vila Nova de Gaia, no dia nove de fevereiro, para participação no programa “Praça da Alegria”, de uma comitiva municipal composta pelas duas Vereadoras a tempo inteiro, elementos do Rancho Folclórico, o chef do restaurante Côa Museu e Os Fiarresgas, numa ação de promoção da Festa da Amendoeira em Flor. -----

Por fim, destacou a realização de mais uma edição do Foz Côa Douro *Trail Adventure*, realizado no fim de semana anterior, organizado por Carlos Sá Nature Events, com o apoio do município de Vila Nova de Foz Côa. Sobre este evento, referiu que o mesmo contou com mais de mil participantes, de vinte e cinco nacionalidades, os quais, durante três dias, percorreram trilhos, num cenário com magníficas paisagens, esculpidas pelas amendoeiras em flor, vinhedos e oliveiras. Referiu ainda que este evento contou com três etapas distintas, de quarenta e seis, trinta e um e dezassete quilómetros, bem como uma caminhada de seis quilómetros. Enalteceu o contributo de todas as entidades envolvidas no evento, nomeadamente Bombeiros Voluntários, Guarda Nacional Republicana, Proteção Civil, funcionários municipais, comerciantes e participantes, destacando o papel determinante de todos para o sucesso da iniciativa. Congratulou ainda o Município pelo esforço e promoção de mais um cartaz de renome nesta modalidade desportiva de natureza. Concluiu com uma nota final, sugerindo que, tendo em conta a crescente dimensão do evento e a sua integração na Festa da Amendoeira em Flor, poderia ser ponderada a realização de um momento musical durante esse fim de semana, à semelhança do que sucede noutras cidades com iniciativas de vários dias. -----

Depois disso, o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, na sua intervenção, começou por dizer que havia igualmente preparado um voto de pesar, associando-se ao que foi apresentado e aprovado por unanimidade no início da sessão, congratulando o Sr. Presidente da Mesa pela iniciativa. Manifestou, nesse âmbito, o seu pesar pelo falecimento da Prof. Paula Trigo,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que recentemente desempenhara funções na Mesa da Assembleia Municipal, bem como do Dr. António Gouveia, antigo Presidente de Câmara e Deputado da Assembleia da República. Salientou tratar-se de duas figuras de reconhecido mérito e relevância na sociedade fozcoense, tendo, em nome do Grupo Municipal do PS, apresentado sentidas condolências às respetivas famílias e amigos. -----

De seguida, apresentou a sua solidariedade para com todas as vítimas das intempéries que assolaram o país nas últimas semanas, manifestando o desejo de que os apoios necessários sejam disponibilizados com a maior brevidade possível, de forma a permitir a recuperação das habitações e o reerguer das famílias e das empresas. -----

Referiu que, não obstante o concelho de Vila Nova de Foz Côa não ter sido atingido com particular gravidade, tal circunstância não deve afastar a preocupação face à crescente frequência de fenómenos meteorológicos extremos. Sublinhou que, de acordo com a evidência científica, estes fenómenos tendem a ocorrer com maior regularidade, não sendo expectável a sua diminuição, enquadrando esta realidade no contexto das alterações climáticas. Destacou que tais impactos se fazem sentir não apenas através dos grandes e fortes incêndios no verão, mas também através de tempestades intensas, com elevados níveis de pluviosidade e vento, gerando consequências significativas ao nível dos solos e das infraestruturas. Neste contexto, considerou fundamental avaliar o grau de preparação do concelho para mitigar os efeitos de situações de calamidade, quer ao nível das famílias e das empresas, quer ao nível da capacidade de resposta dos serviços públicos. Referiu que, embora possam existir medidas de âmbito nacional, como a eventual criação de instrumentos de apoio específicos, a resposta de proximidade das autarquias locais assume particular relevância, devendo ser robusta, coordenada e eficaz. Assim, dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal algumas questões, designadamente: -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- se o Município e os serviços de Proteção Civil dispõem de planos de gestão integrada de risco adequados a situações de calamidade; -----
- se se encontra em curso a identificação e avaliação de zonas de risco estrutural e infraestrutural, no concelho; -----
- se a Câmara Municipal pondera delinear, em coordenação com as Juntas de Freguesia, um plano no sentido de garantir meios e condições de apoio às populações, em caso de eventos extremos que bloqueiem comunicações; -----
- se estão previstos ou em execução simulacros e exercícios preventivos para diferentes tipologias de eventos extremos; -----
- e se o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil em vigor se encontra devidamente atualizado, face aos desafios atuais e às perspetivas futuras relativamente à ocorrência de eventos extremos. -----

De seguida, retomou o tema do regulamento de atribuição de apoios às associações, abordado na sessão prévia da Assembleia Municipal, em dezembro, solicitando informação sobre o estado de elaboração do referido regulamento e sobre a previsão para a sua apresentação e entrada em vigor. --

Abordou, posteriormente, a situação do abastecimento de água potável na localidade do Pocinho, solicitando esclarecimentos quanto aos contornos do problema, nomeadamente no que respeita aos parâmetros de qualidade da água que se encontram em causa, à eventual existência de situações de contaminação ou, em alternativa, ao impacto da antiguidade das infraestruturas de tratamento. Questionou ainda quais as soluções previstas a curto, médio e longo prazo para a resolução da situação, sublinhando que cerca de uma centena de habitantes se encontra atualmente impossibilitada de consumir água da rede pública em condições normais, o que considerou uma situação inadmissível. Ainda no âmbito do abastecimento de água, referiu ter-lhe sido reportada a existência de duas ou três habitações, localizadas à entrada da freguesia de Numão, que não dispõem de acesso à rede pública, questionando quando prevê o executivo municipal proceder à resolução desta situação, indicando tratar-se de um problema já do conhecimento dos órgãos autárquicos



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(abordado em Assembleia de Freguesia). Por último, abordou a problemática das águas residuais descarregadas a céu aberto (também em Numão), salientando que tal prática configura uma violação da legislação em vigor, nomeadamente da lei da água, do regime de águas residuais e saneamento e do regime geral das contraordenações ambientais. Neste contexto, reiterou a posição do Partido Socialista quanto à necessidade de avançar com um estudo de viabilidade, com vista à construção de uma ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) na freguesia de Numão, reforçando a importância de se encontrar uma solução estruturada e definitiva para esta situação. -----

Interveio o **Sr. Deputado Municipal Luís Rebelo**, o qual referiu que a sua intervenção incidia sobre o programa da Festa da Amendoeira em Flor do presente ano de dois mil e vinte e seis, salientando que o mesmo demonstra, uma vez mais, a capacidade do Município de Vila Nova de Foz Côa e do respetivo executivo para organizar um programa vasto, diversificado e mobilizador. Acrescentou ainda que, tão importante quanto a organização do evento, é a sua promoção, destacando a relevância da estratégia de promoção externa adotada pelo Município. Nesse sentido, sublinhou a presença em certames e locais de elevada visibilidade, como a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), a FITUR (Feira Internacional de Turismo), em Madrid e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, considerando que tal presença ultrapassa o caráter meramente institucional, assumindo-se como uma verdadeira afirmação territorial. Referiu que estes espaços concentram milhares de visitantes, operadores turísticos, investidores e órgãos de comunicação social, sendo fundamentais para garantir a visibilidade do concelho, da sua paisagem, dos seus produtos endógenos, bem como da sua cultura e tradições. Sublinhou ainda que a promoção do cartaz da Festa da Amendoeira em Flor nestes contextos não se limita à divulgação de um evento, mas contribui para a promoção integrada do território, potenciando a atração de visitantes, investimento e dinamização económica. Destacou, de forma particular, a

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presença no aeroporto, considerando-a estrategicamente relevante por permitir a captação direta de turistas nacionais e internacionais que chegam ao norte do país, podendo estes ser encaminhados para o concelho. Afirmou ainda que esta estratégia de promoção é coerente com a dimensão do evento, salientando que a Festa da Amendoeira em Flor não se limita a um cartaz concentrado em três fins de semana (entre catorze de fevereiro e oito de março), com entrada livre na ExpoCôa, mas constitui uma verdadeira ferramenta de desenvolvimento económico e de afirmação territorial. -----

No que respeita à programação, considerou que a mesma evidencia uma clara preocupação em abranger diferentes públicos e interesses, incluindo atividades como o passeio motard da Rota das Amendoeiras em Flor e do espetáculo de Freestyle (iniciativa que atrai centenas de participantes ao concelho), a realização de montarias, as quais mantêm viva uma tradição enraizada, promovendo simultaneamente o convívio e o impacto económico e, ainda, o torneio de futebol Sub-10, que contou com a participação do Sport Lisboa e Benfica, dando maior visibilidade ao evento e constituindo um fator de motivação para os jovens atletas do concelho. Mencionou ainda a realização do torneio de karaté, reforçando a importância do desporto na formação pessoal e na transmissão de valores, como a disciplina e a superação. Na vertente cultural e identitária, destacou iniciativas como o encontro de ranchos, o desfile etnográfico, o encontro de cantadores de janeiras e a simbólica partida da amêndoa, considerando que estas atividades reafirmam as raízes locais e valorizam uma das principais culturas agrícolas do concelho, sendo fundamentais para a preservação da identidade coletiva. Referiu ainda o papel central da música e da animação, com concertos de artistas como Bárbara Bandeira, Fernando Fernandes, bem como a atuação dos Karetus, dos Vizinhos e de diversos DJs reconhecidos, os quais contribuem para atrair público jovem e visitantes de concelhos vizinhos. -----

Concluiu, afirmando que esta diversidade no programa da festa demonstra uma visão estratégica, ao envolver diferentes gerações, mobilizar associações,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coletividades e produtores locais, assim como criando dinâmicas económicas que beneficiam o comércio, a restauração e o alojamento locais. -----

Por último, considerou importante reconhecer o mérito de uma programação diversificada, articulada com uma estratégia de promoção externa coerente e ambiciosa, sublinhando que organizar é fundamental, mas promover é decisivo, sendo dessa forma que o concelho se afirma no panorama nacional e internacional como um destino de excelência. Por fim, congratulou o executivo municipal pela qualidade do programa apresentado. -----

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, o qual iniciou a sua intervenção associando-se aos votos de pesar pelo falecimento do Dr. António Gouveia e da Prof. Paula Trigo, com quem referiu ter tido um contacto mais próximo, particularmente nos últimos tempos. Salientou que a Prof. Paula Trigo esteve presente no agrupamento de escolas, evidenciando sempre elevada dedicação e espírito de serviço, quer no exercício das suas funções na Assembleia Municipal, quer no contexto educativo. Referiu ainda que da mesma ficará a memória do seu compromisso institucional, da retidão na defesa das suas convicções e do seu profissionalismo enquanto colega. Acrescentou que teve a oportunidade de reconhecer essas qualidades de forma direta, sublinhando ainda a sua dedicação ao trabalho até aos últimos dias de vida, facto que considerou particularmente marcante. Por isso mesmo, afirmou ter recebido com surpresa a notícia do seu falecimento. -----

De seguida, esclareceu que as suas posições assentam numa postura de seriedade, tendo como principais objetivos o bom funcionamento das instituições, o rigor na aplicação dos dinheiros públicos e o bem-estar dos munícipes, com especial enfoque nas crianças e jovens. Na qualidade de professor e elemento da direção do agrupamento de escolas, deu nota da existência de uma boa relação institucional entre o agrupamento e o município, tanto com o anterior como com o atual executivo, destacando o respeito pela autonomia da instituição escolar e o apoio prestado à prática pedagógica. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não obstante, alertou o executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, para um conjunto de situações relativas ao balneário do ginásio da escola-sede, cuja requalificação entrou em funcionamento no dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco. Referiu que, apesar da intervenção recente, as condições apresentadas se encontram aquém dos padrões de qualidade expectáveis. Especificou que o espaço exterior permanece inacabado, apresentando um gradeamento instável e em risco de queda, constituindo perigo para a comunidade escolar. No interior, apontou a ausência de divisórias nos duches e a inexistência de água quente (apenas tédida), o que tem impedido os alunos de usufruírem de condições adequadas de higiene. Indicou ainda que o pavimento apresenta manchas e irregularidades, conferindo ao espaço um aspeto degradado, não existindo também cacifos ou mobiliário novo, o que considerou incompatível com o facto de ser uma obra recentemente concluída. -----

Acrescentou que, na sua perspetiva, o município tem vindo a suprir falhas da empreitada, corrigindo problemas que deveriam ser da responsabilidade da empresa adjudicatária, o que considerou inadequado, ainda que reconheça a necessidade de assegurar as condições mínimas de funcionamento imediato para os alunos. Concluiu este ponto referindo que o investimento público realizado não produziu os resultados esperados, prejudicando alunos e profissionais, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre as razões da ausência de uma posição mais firme perante a empresa, bem como sobre a eventual ativação de mecanismos legais previstos e de medidas concretas a adotar. -----

Abordou, de seguida, a requalificação dos quatro edifícios da escola-sede do agrupamento, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), salientando que, após a intervenção no ginásio, tiveram início novas obras, sendo, contudo, a empresa adjudicatária a mesma (responsável pela intervenção anterior ainda não concluída). Perante este facto, manifestou preocupação quanto ao desempenho da empresa, referindo que esta dispõe de

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um prazo de dezoito meses para a conclusão da obra (com início em dezembro de dois mil e vinte e cinco e término previsto para maio de dois mil e vinte e sete). Alertou, porém, para o enquadramento temporal dos fundos do PRR, que impõe a conclusão das intervenções até trinta e um de agosto de dois mil e vinte e seis e a realização dos pagamentos até trinta e um de dezembro do mesmo ano, sem margem de flexibilidade. Neste sentido, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a empresa se encontra a cumprir os prazos estabelecidos, se o caderno de encargos está a ser devidamente observado, se existe uma fiscalização rigorosa por parte do município e de que forma será assegurado o cumprimento dos prazos financeiros, evitando a perda de financiamento ou a eventual devolução de verbas. -----

De seguida, referiu-se à “*Story House*”, solicitando esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara quanto aos procedimentos de adjudicação e respetivos valores. Considerou ainda que, contrariamente ao que foi referido pelo Sr. Deputado Luís Rebelo, a promoção turística realizada na BTL incidu exclusivamente sobre esta unidade hoteleira, não tendo sido dada visibilidade a outros agentes turísticos e outras unidades de alojamento do concelho. Afirmou que tal situação terá gerado insatisfação entre os operadores locais, defendendo uma promoção mais abrangente do território. -----

Solicitou ainda uma atualização relativamente à execução da obra do canil municipal, referindo que, de acordo com a informação disponível, a mesma se encontra com uma taxa de execução reduzida (na ordem dos dois por cento). -- Depois disso, manifestou indignação quanto à ausência de transmissão em *streaming* das reuniões da Assembleia Municipal, prática que afirmou ter existido anteriormente. Considerou que a transmissão das sessões constitui um instrumento essencial de transparência, permitindo o escrutínio público, o reforço da acessibilidade e a promoção da participação cívica. Enumerou diversas vantagens associadas a esta prática, designadamente a eliminação de barreiras físicas à participação, a inclusão de cidadãos com mobilidade reduzida ou residentes em freguesias mais distantes, o reforço da literacia



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

política e o combate à desinformação. Acrescentou ainda que os custos associados à implementação de soluções de transmissão digital são reduzidos, face ao prestígio democrático para a autarquia. Referiu igualmente que, no seu entendimento, outras reuniões, designadamente do executivo, deveriam ser objeto de registo, pelo menos em formato áudio, como forma de garantir maior rigor e responsabilização nas intervenções dos intervenientes. Finalizou, manifestando expectativa de que o processo de revisão do Regimento da Assembleia Municipal, em curso pela Comissão Permanente, venha a contemplar estas matérias, permitindo a implementação destes mecanismos. --

Depois disso, o **Sr. Deputado Municipal João Afonso** iniciou a sua intervenção, referindo que, desde meados de janeiro, o país tem sido assolado por níveis de pluviosidade acima da média, associados a ventos fortes, originando a “*tempestade perfeita*”. Salientou que, embora o concelho não tenha sofrido danos comparáveis aos verificados nos distritos de Coimbra e Leiria, onde a devastação foi particularmente severa, não ficou, ainda assim, imune aos efeitos adversos das intempéries. Referiu que a precipitação intensa e o vento provocaram diversos danos, nomeadamente degradação de muros, derrocadas e aumento significativo dos caudais, afetando agricultores, empreendedores e outros agentes locais que diariamente contribuem para a valorização e promoção do território, quer através dos produtos endógenos, quer por via de iniciativas ligadas à cosmética natural, com recurso a espécies como a alfazema e a lavanda, entre outras. Na qualidade de Deputado Municipal, com origens na freguesia de Almendra, referiu, em particular, a situação do Parque de Merendas de Nossa Senhora do Campo, que, mais uma vez, ficou completamente inundado, bem como os danos registados no património público (como grades de proteção) e em atividades económicas privadas (destacando o caso da empresária Valérie Saint-Cier, proprietária da Quinta da Flor Alta, cuja exploração ficou submersa, comprometendo significativamente grande parte da sua produção). Reconhecendo que a sua

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia sofreu apenas uma parte do impacto global das intempéries no território, questionou o executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre as medidas concretas que prevê implementar, para além dos apoios já existentes ou programados pelo Governo, no sentido de apoiar agricultores, empreendedores e demais afetados. Sobre este assunto, expressou ainda o seu agradecimento pelo empenho e acompanhamento permanente dos Srs. Presidentes de Junta, bem como pelo trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Proteção Civil Municipal, pelos Bombeiros, pela Guarda Nacional Republicana e pelo Executivo Municipal, que, segundo referiu, estiveram sempre presentes no terreno, para apoio às populações. ----- Depois disso, abordou a temática da Festa da Flor da Amendoeira, sublinhando a sua relevância enquanto elemento identitário da região duriense e o esforço contínuo de inovação associado ao evento, com vista à sua diferenciação e à captação de turistas e comerciantes. Destacou a integração das freguesias nesta iniciativa coletiva, mas considerou que subsiste margem para melhoria, particularmente ao nível da atratividade das localidades que funcionam como porta de entrada para os visitantes, como é o caso de Almendra. Neste sentido, chamou a atenção para a existência de património edificado de elevado valor histórico que se encontra encerrado ao público, quer por se tratar de propriedade privada (no caso dos solares), quer por outros motivos (no caso das igrejas e capelas). Referiu que tal situação limita a experiência dos visitantes, que acabam por não dispor de informação adequada sobre os monumentos que observam. Assim, sugeriu a renovação e instalação de totens ou placas identificativas no património edificado, bem como a criação de percursos de natureza, de forma a valorizar a oferta turística local. ----- Por último, procurou clarificar uma questão anteriormente levantada por outra Deputada Municipal, relativa à Casa Grande de Almendra, também designada Solar dos Viscondes do Banho. Esclareceu que, durante o período em que exerceu funções como Presidente da Junta de Freguesia, a situação de abandono do imóvel foi formalmente denunciada junto da Direção Regional de



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cultura do Norte e da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), tendo sido acionados todos os mecanismos legais disponíveis. Acrescentou que, na sequência dessa denúncia, técnicos da DGPC e do município realizaram visitas ao local, tendo sido efetuadas algumas intervenções de manutenção, ainda que consideradas insuficientes. Sublinhou que o vasto número de proprietários e/ou herdeiros, com interesses divergentes, dificulta a implementação de outras ações. Concluiu, reafirmando que todas as entidades competentes foram devidamente informadas da situação e que, apesar de algumas intervenções pontuais (como a limpeza das cercas no ano passado), não foram ainda concretizadas obras de maior envergadura. -----

Ainda neste ponto, interveio o **Sr. Deputado Municipal Carlos Correia**, o qual começou por referir que, na sequência da questão colocada pelo Sr. Presidente da Mesa sobre eventuais dificuldades no acesso aos documentos discutidos na sessão da Assembleia, entende que o problema não reside propriamente no acesso aos mesmos, mas sim na sua descarga, a qual considera pouco prática e morosa. Neste sentido, sugeriu a criação de uma solução técnica que permita o alojamento centralizado dos documentos, acessível a todos os Deputados Municipais ao longo do mandato. Propôs, concretamente, a disponibilização de uma plataforma organizada por sessões, estruturada em pastas, onde os documentos pudessem ser consultados a qualquer momento, facilitando o trabalho dos eleitos. Sugeriu ainda que seja garantido o acesso aos documentos também aos membros que não estejam presentes nas sessões, referindo ter conhecimento de situações em que tal não sucedeu. Considera que, na sua opinião, o acesso à informação não deve estar condicionado à presença física dos eleitos nas reuniões. -----

De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara, colocando uma questão relacionada com as intervenções da responsabilidade do município, designadamente no âmbito da reparação de avarias na rede de abastecimento de água. Referiu que, em diversas situações, após a abertura de valas em

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pavimentos (ainda que de pequena dimensão), a reposição dos mesmos demora vários meses, o que considera inadequado. Sublinhou que, quando intervenções semelhantes são realizadas por entidades externas, o município exige a reposição célere das condições iniciais, pelo que entende que o mesmo princípio deve ser aplicado aos serviços municipais. Reconheceu que, no caso de pavimentos betuminosos, poderão existir constrangimentos técnicos associados à sua aplicação, contudo, manifestou estranheza relativamente à demora na reposição de pavimentos em paralelo ou calçada portuguesa, considerando que, nesses casos, não se justificam atrasos prolongados. -----

Depois disso, abordou a forma como são disponibilizadas aos munícipes as atas das reuniões da Câmara Municipal. Na sua opinião, as atas deveriam conter informação mais detalhada. Considerou que a mera indicação de que determinado ponto foi aprovado por unanimidade ou por maioria não é suficientemente elucidativa, uma vez que não permite compreender o conteúdo do que foi efetivamente aprovado. Como exemplo, referiu a ata da reunião do dia dez de fevereiro, na qual consta a aprovação de um protocolo entre o município e a CP, sem que o respetivo conteúdo do protocolo esteja acessível ou descrito, o que impede a compreensão das obrigações assumidas por cada uma das partes. Apresentou ainda o caso dos apoios financeiros atribuídos a associações no âmbito do programa da “*Quinzena da Amendoeira em Flor*”, referindo que, embora conste a aprovação por unanimidade, não são discriminados os montantes atribuídos nem os pedidos apresentados por cada entidade. Salientou que, em algumas atas, essa informação é incluída, o que demonstra ser possível adotar um critério mais transparente e uniforme. -----

Concluiu, sugerindo que, sempre que possível, as atas passem a discriminar de forma clara os conteúdos das deliberações, incluindo valores, protocolos e demais elementos relevantes, por forma a garantir maior transparência entre os eleitos e os munícipes. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, interveio a **Sra. Deputada Municipal Helena Fachada**, a qual tomou a palavra para apresentar duas reflexões. Na primeira, referiu que, embora intervenha na qualidade de deputada eleita para o órgão autárquico, o faz também enquanto médica, manifestando particular preocupação com o acesso aos cuidados de saúde no concelho. Enquadrando a sua intervenção, lembrou que, de acordo com a Constituição da Organização Mundial da Saúde, de 1948, o acesso à saúde é um direito humano fundamental. Para tal, esta organização promove a cobertura universal de saúde, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos cuidados de saúde de qualidade, sem que tal acarrete encargos financeiros inoportáveis. Neste sentido, salientou o papel central dos cuidados de saúde primários enquanto mecanismo mais inclusivo e eficaz para assegurar o acesso universal à saúde. Considerou que a população do concelho de Vila Nova de Foz Côa não constitui exceção, sendo expectável que estes cuidados sejam assegurados de forma equitativa e justa. Referiu ser de conhecimento geral que a estrutura dos serviços de saúde locais sofreu alterações, encontrando-se atualmente estruturada sob a forma de Unidade de Saúde Familiar (USF), cuja missão *“é a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita de uma determinada área geográfica, garantido a acessibilidade, globalidade, qualidade e continuidade dos mesmos”*, conforme definido no Decreto-Lei n.º 73/2017, de 21 de junho, que atualizou o regime jurídico, funcionamento e organização destes serviços de saúde. Acrescentou ainda que as USF assentam em equipas multidisciplinares, sendo as listas de utentes atribuídas a médicos e enfermeiros determinadas com base em unidades ponderadas, que têm em consideração características demográficas, nomeadamente a idade da população, e não apenas o número absoluto de utentes. Salientou que a preocupação com a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde no concelho foi reforçada na sequência da Moção de Apoio apresentada na passada sessão ordinária da Assembleia Municipal (no passado mês de dezembro), considerando urgente a procura de soluções. Indicou que, de acordo com os Censos de 2021, o concelho possui



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seis mil, trezentos e quatro habitantes, dos quais três mil, cento e um residem na sede do concelho, representando cerca de metade da população. Referiu ainda a área total do concelho é aproximadamente de trezentos e noventa e oito quilómetros quadrados, sendo que a sede do concelho ocupa cerca de noventa quilómetros quadrados. Concluiu, assim, que uma parte significativa da população reside a considerável distância da sede de concelho, o que dificulta o acesso aos serviços de saúde, não apenas do ponto de vista económico, mas também físico e emocional. Neste âmbito, afirmou ser um problema crítico o encerramento das extensões de saúde de Freixo de Numão, Castelo Melhor, Chãs, Almendra e Horta, sublinhando que a situação merece a atenção contínua do Executivo Municipal. Considerou, contudo, essencial identificar as causas subjacentes ao problema como ponto de partida para a definição de soluções eficazes. Referiu que a Unidade de Saúde Familiar (USF) Alto Douro e Côa integra atualmente quatro médicas, estando três em regime de horário completo e uma em regime reduzido (tratando-se esta última de uma profissional contratada após aposentação). Indicou ainda que, até recentemente, uma das médicas se encontrava em licença de parentalidade, o que implicou o funcionamento da unidade com recursos humanos reduzidos. Segundo referiu, esta situação terá sido apontada pela Unidade Local de Saúde da Guarda como principal motivo para o não funcionamento das extensões de saúde. Reconhecendo a dificuldade de assegurar o mesmo volume de trabalho com menor número de profissionais, defendeu, no entanto, que o planeamento da atividade médica deve manter como prioridade o direito à saúde. Neste sentido, considerou fundamental a definição de estratégias de médio e longo prazo que permitam o funcionamento pleno das extensões de saúde e a resposta a constrangimentos imprevistos. Sugeriu que a negociação com a Unidade Local de Saúde da Guarda, com vista à reestruturação da organização do trabalho da equipa da USF, bem como ao eventual reforço de recursos humanos, possa constituir uma possível solução, sublinhando, contudo, que a cooperação institucional, a comunicação clara e eficaz, a



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empatia e o bom funcionamento entre os diferentes órgãos autárquicos e as autoridades de saúde são elementos essenciais para garantir o equilíbrio e a qualidade dos cuidados prestados aos fozcoenses. -----

Passou, depois, à segunda reflexão, na qual destacou uma iniciativa de carácter solidário anteriormente referida em sessão, nomeadamente o cantar das Janeiras promovida pela Associação Juvenil Gustavo Filipe e pelo grupo Os Fiarresgas, ocorrida no dia três de janeiro. Informou que a iniciativa permitiu angariar o montante de setecentos e cinquenta euros, posteriormente doado à Associação Acreditar (entidade que apoia pais e amigos de crianças com doença oncológica), tendo a entrega sido efetuada no dia vinte e três de janeiro, na Casa Acreditar, no Porto. Concluiu, apresentando congratulações pela iniciativa, que considerou louvável, referindo ainda, a título pessoal, a sua ligação à formação e constituição da referida associação. -----

Por último, interveio o **Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro**, o qual iniciou a sua intervenção referindo que pretendia abordar, de forma breve, dois pontos elencados em intervenções anteriores. Em primeiro lugar, relativamente à questão da proteção de dados, manifestou alguma preocupação com aquilo que considera ser uma aparente contradição entre a invocação frequente deste princípio e a exposição pública de informação, designadamente em contexto político. Referiu que, durante os períodos eleitorais, é comum a divulgação voluntária de imagens e conteúdos pessoais pelos próprios candidatos, com o objetivo de promover a sua imagem junto do eleitorado. Neste sentido, considerou pouco coerente que, posteriormente, em contexto de Assembleia, se levantem objeções à exposição pública inerente ao exercício de funções políticas. Entendeu que o desempenho de cargos públicos pressupõe um determinado grau de exposição e escrutínio, pelo que a limitação dessa exposição deve ser ponderada à luz desse princípio. Em segundo lugar, pronunciou-se sobre a questão do acesso aos documentos para as sessões da



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, concordando com a necessidade de simplificar o acesso aos mesmos, para consulta por parte dos Srs. Deputados Municipais. -----

De seguida, referiu-se à abertura da Festa das Amendoeiras em Flor, que teve lugar no sábado anterior (dia catorze de fevereiro), na localidade de Seixas (com a realização de uma montaria ao javali). Manifestou estranheza pelo facto de não ter sido visível a presença, em representação institucional, de membros do Executivo Municipal nesse momento inaugural, apesar de ter constatado a presença do mesmo no dia seguinte. Considerou que, tratando-se de um evento de relevância para o concelho, seria importante assegurar a representação formal do município na sua abertura, ainda que através de delegação. Destacou, a este propósito, a importância da “Montaria das Seixas”, referindo tratar-se de uma das mais antigas e reconhecidas iniciativas do concelho, com projeção a nível nacional. Sublinhou o impacto desta atividade na atração de visitantes, indicando que participaram cerca de duzentos caçadores, dos quais apenas uma pequena percentagem era oriunda do concelho (sete por cento), o que demonstra a sua capacidade de mobilização externa. Considerou, por isso, que a presença institucional do município seria adequada e relevante. Abordou ainda uma situação que considerou prejudicial ao desenvolvimento da referida atividade, relacionada com a realização de trabalhos de limpeza de terrenos para um evento de *trail*, poucos dias antes da montaria. Referiu que essas intervenções, nomeadamente com recurso a maquinaria, terão perturbado a fauna local, comprometendo o normal desenrolar da atividade cinegética. Salientou o esforço contínuo exigido na preparação de uma montaria, que envolve meses de trabalho e dedicação por parte dos responsáveis e colaboradores, defendendo que deve existir maior articulação e planeamento entre diferentes iniciativas, de forma a evitar conflitos de utilização do território. -----

Por fim, abordou a questão da limpeza de valetas e bermas das estradas, referindo que, embora sejam realizados trabalhos de manutenção durante o verão, os resíduos resultantes dessas limpezas nem sempre são removidos.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Indicou que essa situação contribui para a obstrução das valetas, impedindo o escoamento adequado das águas pluviais durante o inverno. Considerou que tal compromete a eficácia das intervenções realizadas, sugerindo que os contratos ou cadernos de encargos passem a incluir, de forma explícita, a obrigatoriedade de remoção dos resíduos, ou, em alternativa, que seja reforçado o investimento nesta componente, de modo a assegurar a funcionalidade dos sistemas de drenagem. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

Sr. Presidente da Câmara -----

Iniciou a sua intervenção associando-se aos votos de pesar previamente apresentados, sublinhando a relevância do percurso e contributo das personalidades recentemente falecidas. Referiu, em particular, o ex-Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Gouveia, com quem afirmou ter convivido durante largos anos, inclusivamente no período em que iniciou o seu percurso na vida política, ainda que de forma não profissional e não ativa. Destacou o seu reconhecido mérito, valor e o papel determinante que desempenhou no desenvolvimento do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Dirigiu, igualmente, uma palavra especial ao Vereador Francisco Gouveia, na qualidade de familiar, expressando o seu agradecimento institucional pelo trabalho, dedicação e serviço prestado pelo ex-presidente António Gouveia ao Município. Relativamente à Prof. Paula Trigo, mencionou ter tido a oportunidade, na última Assembleia em que esta exerceu funções como Secretária da Mesa, de lhe dirigir algumas palavras de reconhecimento, ainda em vida, nas quais destacou o seu relevante contributo enquanto professora, membro ativo da comunidade e secretária da Assembleia Municipal. Concluiu reiterando a sua associação aos votos de pesar apresentados, com particular destaque para o voto de pesar proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha**, começou por agradecer a exposição anteriormente proferida, manifestando a sua concordância generalizada com os pontos apresentados, designadamente no que respeita à relevância do poder local autárquico e à necessidade de garantir a qualidade do exercício das funções autárquicas. Sublinhou que essa qualidade não se restringe aos executivos municipais, mas abrange igualmente os órgãos de freguesia e os membros das assembleias municipais. -----

No âmbito das comemorações dos cinquenta anos das primeiras eleições autárquicas, referiu não poder estar mais de acordo com a necessidade de assinalar a efeméride de forma digna, admitindo que tal possa concretizar-se através da criação de uma comissão de trabalho, conforme sugerido, ou por outros meios considerados adequados. Indicou que essa valorização poderá assumir diversas formas, nomeadamente através da realização de debates, colóquios, mesas-redondas ou ainda pela promoção de homenagens a antigos autarcas do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Acrescentou que esta iniciativa vai ao encontro de intenções já previamente delineadas para o feriado municipal (21 de maio), admitindo que a eventual comissão a constituir possa contribuir para a articulação de esforços e definição de um programa que valorize o papel do poder local, assinalando essa data como um momento de exaltação do trabalho autárquico no concelho. Salientou, ainda, a responsabilidade da classe política em dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos ex-autarcas, evidenciando os contributos positivos para o concelho, considerando que a sua homenagem pública constitui uma forma justa e adequada de reconhecimento. -----

No que respeita à Lei das Finanças Locais, destacou tratar-se de uma matéria de elevada importância, sobretudo no contexto atual de revisão legislativa, decorridos cinquenta anos sobre as primeiras eleições autárquicas. Referiu que, ao longo desse período, se registaram profundas alterações ao nível das competências e responsabilidades atribuídas aos municípios, bem como mudanças significativas no plano demográfico, social e territorial, incluindo



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novos desafios associados às alterações climáticas, à mobilidade, ao envelhecimento da população e às políticas públicas em diversas áreas. Neste contexto, expressou a expectativa de que a revisão da Lei das Finanças Locais venha a refletir estas novas exigências, destacando o papel determinante da Associação Nacional de Municípios Portugueses nesse processo. Salientou, a este propósito, a presença de três presidentes de câmara da região do Douro no Conselho Diretivo daquela associação, considerando que tal reforça a capacidade de representação e defesa das especificidades regionais, com as quais afirmou manter contacto e diálogo regulares. Referiu igualmente a sua participação num programa televisivo dedicado ao Programa Regional de Ordenamento do Território, recentemente aprovado por unanimidade no último Conselho Regional da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), onde defendeu a importância de adotar políticas diferenciadas que atendam às especificidades de cada território. Sublinhou que os concelhos, ainda que integrados em regiões comuns, apresentam realidades e necessidades distintas. A título exemplificativo, mencionou a classificação de territórios de baixa densidade populacional, referindo que, apesar de concelhos como Vila Nova de Foz Côa e Vila Real se enquadrarem nessa categoria, apresentam desafios e necessidades substancialmente diferentes, o que reforça a necessidade de abordagens diferenciadas. Concluiu afirmando que um dos principais desafios da governação passa por reconhecer e responder de forma específica às necessidades locais, salientando que o exercício de funções autárquicas implica não só a implementação de medidas concretas em benefício das populações, mas também a capacidade de influenciar o poder central, seja através das CCDR, seja por via direta, junto do Governo, no sentido de assegurar a adoção de políticas adequadas às realidades territoriais. Reiterou, por fim, o seu compromisso em defender os interesses, necessidades e aspirações da população do concelho. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a intervenção da **Sra. Deputada Municipal Rita Regalo**, referiu-se à questão da juventude, destacando e elogiando a atuação da Associação Juvenil Gustavo Filipe (AJGF) no contexto das recentes situações de calamidade decorrentes das intempéries. Salientou a diligência da associação na mobilização de apoio, contando com colaboração logística da Câmara Municipal para o transporte de materiais. Mencionou, ainda, que a ação foi facilitada pela presença de um dos seus membros no terreno, no concelho de Leiria, uma das zonas mais afetadas, o que contribuiu para a eficácia da resposta. Na qualidade de autarca e também de membro fundador da associação, à semelhança da Sra. Deputada Helena Fachada, expressou o seu orgulho pelo percurso e pela contínua proatividade dos jovens envolvidos, sublinhando o seu empenho, espírito de sacrifício e disponibilidade para servir a comunidade. -----

Destacou, por fim, que, apesar de muitos destes jovens não residirem permanentemente no concelho, mantêm uma forte ligação a Vila Nova de Foz Côa, o que se reflete na capacidade de organização e na rapidez de resposta demonstradas, manifestando a sua satisfação institucional pelo contributo prestado. -----

Relativamente à intervenção do **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, começou por abordar a situação da suspensão da circulação ferroviária na Linha do Douro, no troço Régua – Pocinho, e os impactos daí decorrentes ao nível da mobilidade e da quebra de visitantes. Referiu que a suspensão da linha suscita preocupação, mas considerou necessário clarificar o enquadramento da situação, distinguindo os condicionamentos resultantes das obras em curso na linha do Douro, nomeadamente a eletrificação do troço entre Marco de Canaveses e Peso da Régua, das medidas agora adotadas. Esclareceu que, no âmbito das obras, existem soluções alternativas de transporte articulado entre autocarro e comboio, asseguradas pela CP (Comboios de Portugal). Contudo, no caso recente, tratou-se de uma



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

suspensão preventiva, na sequência das intempéries, conforme lhe foi transmitido pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, atendendo à instabilidade da linha, nomeadamente à ocorrência de quedas de pedras e pequenas derrocadas. Reconheceu que a decisão de suspensão ocorreu numa altura particularmente sensível para a atividade turística do concelho, por se tratar de um período no qual se regista um fluxo maior de visitantes. Ainda assim, sublinhou tratar-se de uma decisão que extravasa a esfera de intervenção do município. Referiu ainda ter tido oportunidade de reunir com o Presidente da CP e com o Ministério das Infraestruturas, nomeadamente através do seu gabinete, tendo mesmo estabelecido contacto direto com o Sr. Ministro, que lhe transmitiu que se encontra em curso uma inspeção técnica à linha, não tendo sido ainda assumida uma data concreta para a reabertura. Reiterou a convicção de que não está em causa qualquer intenção de supressão de serviços ou encerramento da linha, sublinhando os investimentos públicos significativos realizados e previstos, incluindo intervenções na estabilização de taludes e melhoria das condições de segurança, com especial incidência no concelho de Vila Nova de Foz Côa, onde referiu existir um investimento na ordem dos quatro milhões de euros. Sublinhou que seria dificilmente justificável a realização de investimentos desta natureza numa infraestrutura ferroviária que viesse a ser descontinuada, reiterando a sua convicção de que a Linha do Douro continuará a ser uma aposta estratégica. Acrescentou ainda que o processo de reabertura da ligação entre o Pocinho e Barca d'Alva, embora lento, se mantém dentro da calendarização anteriormente definida. -----
No que respeita à Rota das Amendoeiras em Flor, referiu que a suspensão da linha ferroviária inviabilizou a sua concretização no presente ano, ainda que o processo tivesse sido previamente acautelado, cumprindo-se os pressupostos legais necessários à sua execução. Assinalou que, segundo informação transmitida pelo Presidente da CP, este terá sido o primeiro ano, em cerca de cinquenta anos, em que não se realizou a referida iniciativa, a qual constitui um dos programas turísticos mais antigos e relevantes da CP. Concluiu esta

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

matéria referindo que importa olhar para o futuro e desenvolver novos projetos e parcerias, destacando o potencial ainda por explorar do turismo ferroviário associado à Linha do Douro, bem como a necessidade de potenciar esse recurso enquanto fator de dinamização económica do concelho. -----

No que respeita à utilização de herbicidas, informou que a matéria foi objeto de reunião, no âmbito da atividade municipal, orientada pelo coordenador da Proteção Civil Municipal, com a participação de todos os presidentes de junta de freguesia. Nessa reunião foram reiteradas as preocupações do município relativamente ao tema, bem como reforçado o cumprimento rigoroso da legislação aplicável, designadamente no que respeita aos procedimentos de autorização, levantamento de materiais e requisitos de habilitação legal dos intervenientes. Reconheceu que a fiscalização no terreno apresenta limitações, sobretudo quando a aplicação ocorre simultaneamente em vários pontos do concelho, ainda que o município procure assegurar o acompanhamento e controlo, dentro das suas competências legais. Quanto ao recurso a herbicidas, expressou a sua posição pessoal favorável à redução progressiva da sua utilização, atendendo aos impactos negativos na biodiversidade e na conservação das espécies, embora reconheça a atual ausência de alternativas plenamente eficazes e economicamente viáveis no mercado. Acrescentou que os produtos atualmente utilizados apresentam já menor grau de impacto ambiental, em comparação com os utilizados no passado. Sublinhou, ainda, a importância de promover a sensibilização da população para estas matérias, referindo que o preenchimento de espaços urbanos com vegetação espontânea nem sempre é corretamente interpretado como opção de gestão ambiental, sendo frequentemente associado a falta de manutenção. -----

No que respeita à habitação, referiu a crescente procura no concelho, sublinhando que os números podem ser interpretados de diferentes formas, designadamente como sinal de escassez de oferta ou como reflexo da atratividade do território. Assinalou que, embora o município não disponha de dados completos relativos a transações imobiliárias, regista um número



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativo de pedidos de exercício do direito de preferência, o que evidencia dinâmica no mercado e processos de reabilitação de habitação existente, sobretudo em imóveis antigos. Sublinhou que esta dinâmica é reveladora de investimento na reabilitação do edificado e da revitalização urbana do concelho, considerando tal evolução positiva para o desenvolvimento local. ----- Reafirmou, neste contexto, a opção estratégica do município no âmbito do programa 1.º Direito, privilegiando a aquisição e reabilitação de habitações devolutas, sobretudo edifícios antigos, em detrimento de soluções mais simples ou de construção nova. Reconheceu tratar-se de um modelo mais exigente em termos financeiros, técnicos e de execução, bem como mais complexo na mobilização de entidades executoras, mas considerou-o mais adequado à estratégia definida para o território. Sublinhou que esta opção visa não apenas responder às necessidades habitacionais, mas também promover a reabilitação do tecido urbano e rural do concelho. -----

Por fim, abordou a situação da Estalagem Senhora da Veiga, referindo tratar-se de um processo arrastado no tempo, já com várias tentativas de resolução efetuadas ao longo dos anos, incluindo uma hipotética solução que não chegou a ser concretizada entre dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, devido a questões judiciais que inviabilizaram o financiamento e conduziram à desistência do promotor. Indicou que o município se encontra atualmente a trabalhar na procura de uma solução com um novo investidor, estando em análise as condições para a sua concretização, embora ainda não exista decisão final. Salientou ainda a importância estratégica do imóvel no contexto da oferta turística do concelho, referindo que, apesar do crescimento significativo verificado na capacidade de alojamento local e na oferta turística, subsiste ainda margem de crescimento. Concluiu, referindo que, caso não seja possível encontrar uma solução a curto ou médio prazo, a eventual degradação do edifício teria um custo significativo para o município, reforçando, por isso, a necessidade de encontrar uma opção sustentável e viável para a sua reabilitação. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão**, começou por referir a questão do Balcão Móvel da Inclusão, esclarecendo, de seguida, que a apresentação deste equipamento já havia ocorrido anteriormente, aquando do almoço de Natal dos idosos, momento em que a viatura se encontrava já disponível. Informou, contudo, que se verificou um ligeiro atraso no processo, decorrente de constrangimentos ao nível da contratação de recursos humanos e de outros aspetos de natureza operacional, o que apenas permitiu o arranque efetivo do projeto no momento atual. Salientou que esta foi uma iniciativa amplamente debatida no mandato anterior, com especial envolvimento da Sra. Vereadora Ana Filipe. Referiu ainda que o Balcão Móvel da Inclusão se encontra já no terreno, nesta fase inicial dedicado à apresentação da técnica responsável e da equipa junto dos Presidentes de Junta e da população em geral. Destacou que houve o cuidado, por parte dos serviços municipais, designadamente da Sra. Vereadora Patrícia Carvalho, de articular a programação das deslocações do Balcão com o projeto “Saúde Sobre Rodas”, já implementado no território, o que facilita a adesão da população e a divulgação da iniciativa. No que respeita às valências do Balcão Móvel da Inclusão, esclareceu que este disponibiliza serviços administrativos e acompanhamento por uma técnica de ação social, permitindo tratar questões sensíveis com maior proximidade, garantindo simultaneamente a discrição necessária. Acrescentou que esta abordagem possibilita ainda a identificação direta, no local, das necessidades existentes, promovendo uma resposta social mais célere, eficaz e ajustada à realidade do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Sublinhou ainda a intenção de, progressivamente, integrar outros serviços neste projeto, nomeadamente na área da saúde oral, encontrando-se atualmente em curso o levantamento das necessidades no concelho. Referiu também a possibilidade de inclusão de outros profissionais e serviços de proximidade, alguns dos quais já escassos no território, sobretudo nas freguesias (como o caso do serviço de cabeleireiro), evidenciando a importância destas respostas para a população local. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao IV Encontro de Janeiras, começou por dizer que foi um evento de elevada qualidade. Aproveitou para expressar um agradecimento aos Presidentes de Junta, associações e comissões de festas que se associaram ao evento, reconhecendo o seu contributo para o sucesso da iniciativa. Referiu que estas entidades tiveram oportunidade de participar num momento de partilha e colaboração, tendo igualmente sido compensadas pelo trabalho desenvolvido. Manifestou a expectativa de que essa compensação tenha sido adequada, face ao esforço despendido, sublinhando que este tipo de iniciativas constitui também uma forma de promover a visibilidade das associações e de reforçar o financiamento para as suas atividades, em particular para as festas de verão. -----

Relativamente à questão da promoção do concelho, referiu a importância da presença em iniciativas de divulgação, como foi o caso da participação no programa “Praça da Alegria”, bem como em feiras de âmbito nacional e internacional, conforme anteriormente mencionado pelo Sr. Deputado Luís Rebelo. Neste contexto, salientou que o esforço de promoção territorial deve ser entendido de forma estratégica, sublinhando que a qualidade das iniciativas desenvolvidas é indissociável da capacidade de as comunicar eficazmente. Destacou que, no atual contexto, marcado pelo domínio dos meios digitais e das redes sociais, a comunicação assume um papel central na valorização e projeção do território. Informou ainda que o município tem vindo a demonstrar preocupação com esta matéria, encontrando-se em curso alguns investimentos relevantes, bem como processos contratuais que se prevê que venham a ser concluídos a curto prazo, com o objetivo de reforçar a capacidade de comunicação institucional e promocional. Referiu, também, com base na sua experiência e contacto com diferentes realidades a nível nacional, que existem eventos e iniciativas noutros territórios que, apesar de apresentarem uma qualidade inferior, conseguem alcançar maior visibilidade e retorno, em virtude do uso de estratégias de comunicação mais eficazes. Considerou, por isso, importante reconhecer essa realidade, no sentido de melhorar a abordagem

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adotada pelo concelho. Sublinhou, assim, a necessidade de não descurar a dimensão comunicacional, bem como a importância de assegurar uma presença ativa em espaços de promoção, de modo a valorizar e divulgar a cidade e o concelho, quer através de eventos específicos, quer através de uma estratégia integrada de promoção territorial. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, começou por referir a questão das intempéries, apresentando um breve enquadramento da situação verificada no terreno. Referiu que, comparativamente com outros concelhos da região Centro do país, onde se registaram elevados níveis de devastação, o concelho de Vila Nova de Foz Côa não foi tão severamente afetado, embora tenha enfrentado diversas ocorrências, às quais se procurou dar uma resposta célere e eficaz. Neste sentido, destacou o papel determinante dos Presidentes de Junta, sublinhando que, sem a sua colaboração, teria sido significativamente mais difícil operacionalizar as intervenções necessárias, atendendo à simultaneidade das ocorrências e à limitação de recursos humanos disponíveis. Reconheceu igualmente o contributo da Guarda Nacional Republicana, da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) dos Bombeiros Voluntários, dos serviços municipais de Proteção Civil e de todos os intervenientes no terreno, considerando que, no conjunto, foi possível assegurar uma resposta eficaz às situações registadas. De seguida, apresentou dados relativos ao período compreendido entre os dias vinte e três de janeiro e nove de fevereiro (dezassete dias), durante o qual se registaram sessenta e duas ocorrências, sendo o dia trinta de janeiro aquele que concentrou o maior número de registos (quinze). Quanto à tipologia de incidentes, indicou que oitenta por cento corresponderam a movimentos de vertentes, dez por cento a quedas de árvores, cinco por cento a queda de painéis publicitários, dois por cento a situações de gelo na via pública, dois por cento a problemas de drenagem e um por cento a queda de estruturas habitacionais. Referiu ainda que sessenta e sete por cento das ocorrências



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

implicaram impedimento de circulação de pessoas e/ou veículos. No que respeitou à origem dos alertas, quarenta e cinco por cento foram efetuados por munícipes, vinte e três por cento pelas Juntas de Freguesia, treze por cento pelos bombeiros, onze por cento pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e oito por cento pelas autoridades. Acrescentou que estas ocorrências implicaram custos financeiros, os quais foram suportados, consoante os casos, por entidades privadas, pelas Juntas de Freguesia ou pelo Município, no que respeita a infraestruturas públicas. -----

No que concerne ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, referiu não dispor, naquele momento, de todos os detalhes, mas salientou a importância de o mesmo ser adaptado às alterações climáticas, as quais têm vindo a intensificar a ocorrência de fenómenos extremos, nomeadamente períodos de precipitação intensa concentrada em curtos espaços de tempo. Sublinhou que esta realidade coloca desafios acrescidos ao nível das infraestruturas, designadamente nos sistemas de drenagem e na separação entre águas pluviais e residuais, áreas que o Município tem vindo a acompanhar e nas quais tem atuado, procurando garantir respostas adequadas e eficazes. -----

Relativamente ao regulamento de apoio às associações, informou que o mesmo se encontra ainda em fase de elaboração, não havendo, à data, novidades relevantes. Admitiu, contudo, a possibilidade de o regulamento estar concluído e pronto a aplicar no início do ano de dois mil e vinte e sete, após o cumprimento dos trâmites legais necessários. -----

No que diz respeito à qualidade da água no Pocinho, indicou que o problema ainda não se encontra totalmente resolvido, aguardando-se autorização do Delegado de Saúde para levantamento das restrições em vigor. Esclareceu que foram implementadas diversas medidas corretivas, reconhecendo que algumas terão sido adotadas com atraso, mas salientando que, ainda assim, se optou por uma abordagem prudente e abrangente. Explicou que a inconformidade detetada se relacionou com a presença de cloratos, tendo sido

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

igualmente influenciada por alterações nos parâmetros de controlo introduzidas a doze de janeiro. Sublinhou que tal não invalida a necessidade de correção da situação, tendo sido implementado, entre outras medidas, um processo de coagulação da água, que permite melhorar significativamente a eficácia do tratamento. Manifestou a expectativa de que, no curto prazo, seja possível levantar as restrições existentes. Abordou, de seguida, a questão estrutural do abastecimento de água ao Pocinho, esclarecendo que, em dois mil e vinte e um, existia a intenção de abastecer a localidade a partir de Foz Côa, através da reabilitação de uma conduta existente. Contudo, na sequência da situação de seca verificada em dois mil e vinte e dois e após recomendações das entidades gestoras, nomeadamente da Águas do Norte, essa solução foi reavaliada. Explicou que, apesar da reduzida população residente, o consumo no Pocinho é significativamente elevado, representando cerca de um quarto do consumo da cidade de Foz Côa, devido à atividade económica local, nomeadamente à presença de várias adegas e à circulação de barcos no rio Douro. Face a essa realidade, foi abandonada a solução inicial, optando-se pela requalificação da Estação de Tratamento de Água (ETA), com captação no rio Douro. Reconheceu que esta opção apresenta desafios acrescidos, dado que a qualidade da água do Douro é inferior à de outras origens, implicando processos de tratamento mais exigentes. -----

Relativamente a situações identificadas em Numão, esclareceu que algumas habitações se encontram fora do perímetro urbano, o que limita a intervenção do Município, uma vez que essas responsabilidades recaem, legalmente, sobre os proprietários. Admitiu que, em casos pontuais, poderia haver margem para intervenção excecional, mas sublinhou que a multiplicidade de situações semelhantes exige critérios de equidade e sustentabilidade na tomada de decisão, o que frequentemente conduz ao indeferimento desses pedidos. -----

Por fim, abordou a questão das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), reconhecendo a existência de infraestruturas envelhecidas em várias freguesias, nomeadamente em Numão, Cedovim, Custóias e Castelo Melhor.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que já foi realizado um investimento superior a meio milhão de euros na ETAR de Muxagata, mas salientou que existem outras necessidades prioritárias, sendo Castelo Melhor identificada como uma das mais urgentes. Informou que o avanço deste projeto tem sido condicionado por processos burocráticos, nomeadamente relacionados com expropriações, manifestando a expectativa de que a situação possa ser desbloqueada em breve. Concluiu esclarecendo sobre as limitações financeiras e operacionais do Município, que impedem a execução simultânea de múltiplas infraestruturas desta natureza, apesar de reconhecer a necessidade das mesmas em várias localidades. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Luís Rebelo**, relativamente à Festa da Amendoeira em Flor, salientou que, sem prejuízo do respeito pela cultura, etnografia e tradições locais, tem sido preocupação constante do Executivo proceder à introdução de elementos inovadores no programa, com vista ao reforço da sua atratividade. Registou, com agrado, o aumento do número de participantes interessados em integrar a iniciativa, designadamente pequenos artesãos, agentes do comércio local e particulares dedicados à produção de trabalhos manuais. Referiu, ainda, que acompanha a evolução da Festa da Amendoeira em Flor desde a implementação do seu novo conceito, tendo enaltecido o papel determinante desempenhado pelos Srs. Presidentes de Junta na fase inicial, nomeadamente no apoio à concretização da vertente de programação noturna. Sublinhou que, numa fase inicial, se verificaram algumas reservas por parte da população quanto à concretização do modelo proposto, as quais foram sendo ultrapassadas com o contributo ativo dos Srs. Presidentes de Junta. Acrescentou que, na fase atual, o evento evidencia um grau de maturidade que permite o seu desenvolvimento com maior autonomia, tendo os Srs. Presidentes de Junta optado por remeter essa componente para a iniciativa privada, decisão que considerou adequada. -----

Por último, destacou a evolução verificada na programação noturna na ExpoCôa, referindo que, no mandato anterior, o evento contava com cerca de

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dez stands, registando-se, na edição mais recente, um aumento para quarenta stands, o que configura um crescimento expressivo. Manifestou, a este propósito, a expectativa de que, à semelhança do Festival do Vinho, venha a colocar-se, a médio prazo, o constrangimento da insuficiência de espaço face ao aumento da procura, o que considerou constituir um indicador positivo da capacidade de atração do evento. -----

Em relação à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, começou por mostrar a sua surpresa quanto à existência de problemas no fornecimento de água quente nos balneários da Escola Secundária, admitindo total desconhecimento dessa situação. Acrescentou que, recentemente, aquelas instalações foram utilizadas no âmbito de atividades desportivas, designadamente uma prova de *trail*, estando igualmente previstas novas utilizações a curto prazo (numa prova ciclística), o que reforça a necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento. -----

Relativamente à questão da grade de proteção, esclareceu que a intervenção realizada resultou de uma decisão direta sua, após visita ao local, efetuada no período das férias de Carnaval, bem como de uma avaliação prévia realizada pela Sra. Vereadora. Referiu que, face às condições verificadas, considerou prioritária a adoção de uma solução imediata, ainda que provisória, tendo instruído os serviços no sentido de mitigar o risco existente, uma vez que a situação representava perigo, nomeadamente para os utilizadores mais jovens, podendo a estrutura existente induzir uma falsa perceção de segurança. Assumiu claramente a responsabilidade pela decisão tomada, reconhecendo publicamente a inadequação da intervenção efetuada na obra dos balneários, a qual afirmou constituir motivo de constrangimento enquanto Presidente da Câmara. Enumerou diversas deficiências identificadas, designadamente ao nível do pavimento, de infiltrações, da inexistência de condições adequadas de privacidade e da qualidade geral da execução da obra. Referiu, ainda, que já se tinham verificado dificuldades anteriores com a empresa responsável pela

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obra, nomeadamente em trabalhos realizados para o Município, apontando limitações ao nível da qualidade dos serviços prestados. Contudo, sublinhou os constrangimentos decorrentes do regime de contratação pública, que limitam a capacidade de seleção e exclusão de entidades adjudicatárias. -----

A este propósito, estabeleceu um paralelismo com outras situações ocorridas no concelho, em que empresas adjudicatárias não cumpriram os compromissos assumidos, tendo, em alguns casos, originado perda de financiamento, sendo posteriormente readmitidas a concurso através de novas entidades jurídicas, o que, no seu entender, evidencia grandes fragilidades do sistema. -----

Acrescentou que tem procurado reforçar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização da empreitada em curso (Requalificação da Escola Secundária), promovendo reuniões periódicas, com uma frequência quinzenal, diretamente com os responsáveis das empresas, com vista a assegurar maior rigor na execução. Indicou, igualmente, que foram dadas instruções no sentido de, perante incumprimentos ou atrasos significativos, serem acionados os mecanismos legais disponíveis, incluindo a aplicação de penalizações e, se necessário, a rescisão contratual, de modo a salvaguardar a conclusão atempada da obra. Reiterou o compromisso de acompanhar de forma rigorosa todos os projetos financiados, assumindo a responsabilidade de prestar os devidos esclarecimentos relativamente a eventuais desvios aos prazos estabelecidos e de fazer todos os esforços para minimizar tais ocorrências. -----

De seguida, referiu que, na opinião do Executivo, o Município deve manter uma postura de natureza reformista, assente na capacidade de aproveitar todas as oportunidades de financiamento disponíveis, mediante a apresentação do maior número possível de candidaturas, não obstante os constrangimentos atualmente existentes na execução de obras públicas, independentemente da sua dimensão ou complexidade. A título exemplificativo, mencionou a intervenção prevista para o Largo da Feira da Teja, a qual, após um processo de elaboração de projeto considerado particularmente complexo, se encontra atualmente em fase de reformulação. Esclareceu que o procedimento foi



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lançado por duas vezes sem que tivesse havido interessados, tendo, entretanto, sido identificadas soluções alternativas suscetíveis de simplificar o projeto e, desse modo, aumentar a probabilidade de adjudicação. Manifestou a expectativa de que o processo possa ser concluído até ao período de verão, com a consequente adjudicação da empreitada. -----

Reconheceu que a tendência geral não aponta para uma melhoria das condições de execução, mas reiterou a determinação do Executivo em prosseguir essa estratégia, assumindo, de forma clara, o risco de eventual perda de financiamento. Sublinhou que, caso tal venha a ocorrer, o Município procurará assegurar alternativas de financiamento, reafirmando tratar-se de uma opção política deliberada, cuja avaliação final será efetuada em função dos resultados alcançados. -----

No que concerne à participação na BLT do projeto “*Story House*”, esclareceu que tais decisões implicam um exercício de gestão criteriosa e equilibrada. Indicou que o Município tem procurado garantir diversidade e equidade na representação dos diferentes agentes locais, referindo, a título de exemplo, a participação do restaurante Côa Museu no programa “Praça da Alegria”. -----

Esclareceu, contudo, que a “*Story House*” mereceu, naquele contexto específico, particular destaque, por se tratar de um investimento de natureza pública, atualmente concessionado a um operador privado e que se insere na estratégia municipal de revitalização do centro histórico. Acrescentou que este projeto permitiu igualmente evidenciar a qualidade arquitetónica das intervenções promovidas no concelho, atendendo à existência de um segmento turístico específico associado a este tipo de oferta. Referiu ainda que a proximidade temporal entre a abertura da “*Story House*” e a participação na BTL justificou a sua promoção naquele contexto, não obstante ter sido assegurada uma divulgação abrangente de todo o concelho. Indicou que, para além deste projeto, esteve também representada uma empresa de animação turística local, bem como outras iniciativas, incluindo a participação de alunos

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do CTeSP (Curso Técnico Superior Profissional), ainda que esta última com menor incidência no setor privado. -----

Sublinhou que o objetivo do Município, nestas ações, é a promoção integrada do território, abrangendo os seus diversos ativos – patrimoniais, naturais, culturais e económicos – procurando, sempre que possível, assegurar oportunidades de participação aos agentes privados, os quais reconhecem na Câmara Municipal um parceiro disponível para apoiar a divulgação das suas atividades. -----

Por fim, relativamente à questão da gravação e transmissão das sessões da Assembleia Municipal, designadamente através de *streaming*, referiu tratar-se de matéria que não se insere na esfera de decisão do Executivo. Nessa medida, afirmou que o Executivo se limitará a cumprir as deliberações que venham a ser aprovadas pela Assembleia Municipal, independentemente do sentido das mesmas. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal João Afonso**, relativamente à Festa da Nossa Senhora do Campo, a qual ocorre na segunda-feira subsequente ao Domingo de Pascoela, começou por destacar a diligência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Almendra. Salientou tratar-se de um evento de elevada relevância para o concelho e para a região envolvente, congregando participantes provenientes não só de Foz Côa, mas também dos concelhos limítrofes, nomeadamente de Figueira de Castelo Rodrigo e Freixo de Espada à Cinta. Acrescentou que o Município, em articulação com a Junta de Freguesia, se encontra a desenvolver os esforços necessários para assegurar que todas as condições estejam reunidas para a realização da festa, com a devida dignidade. -----

No que concerne à identificação de prejuízos, designadamente no setor agrícola, referiu que a CCDR disponibilizou um mecanismo de sinalização dos danos causados pelas intempéries, não correspondendo, para já, a uma linha de financiamento. Indicou que o Município constituiu um gabinete de apoio, à



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

semelhança do que havia ocorrido em situações anteriores, nomeadamente no contexto de incêndios, tendo sido afeta uma funcionária para prestar apoio aos agricultores na formalização dessa sinalização. Esclareceu ainda que, à data, não existe qualquer confirmação quanto à existência de apoios financeiros associados, encontrando-se o processo numa fase preliminar, mas garantiu que o Município se mantém atento à evolução da situação, de forma a avaliar a possibilidade de enquadramento legal que permita apoiar os munícipes afetados. -----

Relativamente ao património edificado e à promoção do território, começou por informar os presentes sobre a adjudicação da empreitada de reabilitação da Igreja de Almendra, num investimento próximo de meio milhão de euros, o que permitirá a valorização daquele ativo patrimonial. Sublinhou que, paralelamente à intervenção física, se torna essencial reforçar a promoção e a divulgação desses espaços, designadamente através da melhoria e renovação da sinalética. A este propósito, informou que a Sra. Vereadora Patrícia Carvalho já procedeu ao levantamento das necessidades existentes em matéria de sinalização em todo o concelho, encontrando-se essa informação organizada, o que permitirá avançar, com brevidade, para uma intervenção estruturada nesse domínio. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Carlos Correia**, relativamente à questão das reparações na via pública, reconheceu a existência de atrasos na sua resolução. Esclareceu que a dificuldade se prende com limitações internas de recursos humanos e operacionais do Município, referindo que existe apenas um calceteiro ao serviço, não sendo possível assegurar uma resposta mais célere em todas as situações. Referiu que o trabalhador se encontra afeto às diferentes freguesias, não sendo possível precisar, no momento, a sua localização exata. Contudo, reconhece a necessidade de acelerar os procedimentos de intervenção. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que o Município dispõe de um levantamento atualizado relativamente a intervenções necessárias na maioria das freguesias, sobretudo decorrentes de roturas na rede de abastecimento de água, que obrigam a intervenções sucessivas no pavimento. Indicou que se encontra em curso a tentativa de assegurar este serviço a uma empresa externa, através de procedimento concursal já concluído, o que permita reforçar a capacidade de resposta nesta matéria. Contudo, reconheceu que se trata de um problema recorrente, uma vez que, após a reparação dos pavimentos, novas roturas poderão continuar a ocorrer, implicando intervenções repetidas. Sublinhou, por isso, a necessidade de implementar um modelo mais ágil e eficaz de resposta, que mitigue os impactos, quer nas freguesias, quer na cidade, onde também se verificam situações pontuais deste tipo. -----

No que concerne às atas das reuniões de Câmara, referiu desconhecer que os documentos anexos não eram disponibilizados em conjunto com as mesmas. Indicou que irá solicitar esclarecimentos aos serviços municipais no sentido de apurar a situação. Acrescentou que, no seu entendimento, não deverá existir impedimento à inclusão de documentos anexos, nomeadamente protocolos ou informação relativa à atividade das associações, considerando que tal prática poderá ser melhorada, desde que não contrarie qualquer disposição legal aplicável. -----

Em relação à intervenção da **Sra. Deputada Municipal Helena Fachada**, começou por dizer que a saúde constitui um bem essencial e uma das áreas de maior relevância para a população, sublinhando a importância da fixação de serviços de proximidade. Nesse sentido, destacou que as extensões de saúde merecem particular atenção por parte do Município, nomeadamente no que respeita à possibilidade da sua reabertura e eventual reforço dos serviços prestados. Contudo, salientou que o concelho dispõe de um conjunto relevante de respostas na área da saúde, designadamente um SUB (Serviço de Urgência Básica), em funcionamento vinte e quatro horas, uma UCC (Unidade de

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cuidados Continuados), uma SIV (viatura de Suporte Imediato de Vida), bem como extensões de saúde, ainda que algumas se encontrem temporariamente encerradas. Referiu ainda a existência de um polo de uma unidade privada de prestação de cuidados de saúde (Hospital Terra Quente – Foz Côa), o qual assegura complementaridade na resposta aos cuidados de saúde. -----

Manifestou concordância com a Sra. Deputada Municipal, sublinhando a importância do trabalho articulado com a Unidade Local de Saúde da Guarda, no respeito pela autonomia institucional de cada entidade, reiterando que o Município se encontra disponível para colaborar no âmbito das suas competências. Afirmou, neste contexto, que a área da saúde constitui um domínio prioritário, no qual não devem ser poupados esforços para garantir a manutenção e melhoria dos serviços existentes, dentro da capacidade de intervenção do Município. -----

Por fim, referiu a intervenção da Associação Juvenil Gustavo Filipe (AJGF), associando-se à referência efetuada no que respeita à tradição do cantar das janeiras, a qual considerou uma prática cultural relevante. Acrescentou, a título pessoal, que também participou nessa tradição, acompanhado pelos seus filhos, destacando o seu valor educativo e a importância da sua preservação junto das gerações mais jovens. -----

Em relação à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro**, começou por salientar que a abertura oficial da Festa das Amendoeiras em Flor seria realizada no dia em que decorre a presente sessão da Assembleia Municipal, sem prejuízo da realização de outras atividades em diferentes freguesias do concelho. Referiu ainda que as Sras. Vereadoras com pelouro estiveram presentes na Montaria das Seixas, reconhecendo que, por razões de natureza funcional e de agenda, não lhe é possível assegurar presença simultânea em todas as atividades promovidas no território, ainda que procure manter um acompanhamento próximo das mesmas. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à articulação entre a Montaria das Seixas e o *Trail*, referiu que o Presidente do Clube de Caça e Pesca, simultaneamente Presidente de Junta, lhe comunicou, por escrito, a existência de constrangimentos decorrentes da sobreposição dos eventos. Acrescentou que teve oportunidade de recolher igualmente *feedback* dos participantes, os quais manifestaram preocupações semelhantes. Assumiu, de forma clara, a responsabilidade pela situação verificada, sublinhando que, ainda que os serviços municipais tenham procedido de acordo com as orientações definidas, a responsabilidade política recai sobre o Presidente da Câmara. Reconheceu, por conseguinte, que a situação não deveria ter ocorrido, lamentando o impacto que a mesma possa ter tido sobre o trabalho desenvolvido ao longo de vários meses pelas pessoas envolvidas na organização da montaria. Salientou a importância das montarias enquanto atividade de grande relevância económica e simultaneamente enquanto instrumento de gestão cinegética e de preservação da biodiversidade, contribuindo para o equilíbrio das populações de espécies como o javali, cuja proliferação pode causar prejuízos significativos na atividade agrícola. Face ao exposto, dirigiu um pedido público de desculpa ao Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro e ao Senhor Presidente da Junta e Presidente do Clube de Caça e Pesca, assumindo integral responsabilidade pela ocorrência e garantindo que situações semelhantes não se voltarão a repetir. -----

No mesmo contexto, referiu a coincidência entre o evento de *trail* e a caminhada das Mós, reconhecendo que a sobreposição de datas não deveria ter ocorrido. Explicou que a calendarização das provas é definida com antecedência, com base em planeamento anual, tendo sido as datas dos próximos eventos já previamente publicitadas. Admitiu que, na fase de definição do calendário, não foi antecipada a coincidência referida. Acrescentou que, embora não se tenha verificado impacto significativo na participação, estas situações podem ter consequências ao nível da capacidade de alojamento, atendendo às limitações existentes na oferta, no concelho. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que respeita às valetas e à limpeza de bermas, referiu a existência de algumas queixas relacionadas com a acumulação de materiais e a necessidade de articulação entre a gestão de combustível e as intervenções de limpeza. Indicou que o Município irá implementar dois procedimentos distintos, iniciando-se com as ações de gestão de combustível, às quais se seguirá a limpeza das valetas, de forma a otimizar os recursos e a eficácia das intervenções. Reconheceu que, em determinadas zonas do concelho, designadamente em áreas com vias mais escarpadas, a movimentação de terras e materiais é frequente, o que condiciona a durabilidade das intervenções, sendo necessário um esforço contínuo de manutenção. Não obstante, assegurou que o Município se encontra atento à situação e procurará melhorar a resposta operacional. -----

Após encerrar o Ponto, o **Sr. Presidente da Mesa** interrompeu os trabalhos por dez minutos. -----

Retomados os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** abriu o Ponto Três da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 3 - Período Aberto ao Público - Período de Intervenção. -----

Abertas as inscrições, interveio a Munícipe **Ana Manso**. Na sua intervenção, começou por expor uma situação relacionada com o alegado desaparecimento de gatos de uma colónia localizada em propriedade privada, referindo que os animais terão sido recolhidos por uma associação, no âmbito do programa CED (Captura, Esterilização e Devolução), sem que, até à data, lhe tenha sido prestada informação clara sobre o seu paradeiro. Solicitou, nesse contexto, apoio do Município para diligenciar contactos que permitam esclarecer a situação e, eventualmente, promover a restituição dos animais à colónia. Referiu ainda dificuldades na articulação com entidades locais, designadamente com a Guarda Nacional Republicana e os Bombeiros

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Voluntários, no domínio do bem-estar animal, nomeadamente ao nível do apoio em situações urgentes, indicando ter recorrido a diversos serviços sem obter resposta eficaz. -----

De seguida, sugeriu a criação ou reforço de iniciativas de natureza educativa e cultural, nomeadamente uma Assembleia Municipal Jovem/Infantil, bem como a dinamização de atividades dirigidas à comunidade, com vista ao combate à desinformação e à promoção de valores cívicos. -----

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Mesa** informou a Múncipe sobre a concretização de duas Assembleias Municipais Jovens nos últimos dois anos, aquando a comemoração do feriado municipal. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos à Múncipe. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Em resposta à intervenção da Múncipe **Ana Manso**, começou por reconhecer o envolvimento da múnice na causa animal e a preocupação demonstrada relativamente aos animais errantes. Esclareceu que, no que respeita à alegada falta de articulação com uma associação, como a mesma se trata de uma entidade externa ao Município, a Câmara Municipal não detém competência direta de intervenção nessa relação. Quanto à atuação de entidades como a Guarda Nacional Republicana ou os Bombeiros, referiu tratar-se igualmente de organismos externos, sobre os quais o Município não detém qualquer tutela, o que limita a sua capacidade de intervenção ou comentário. -----

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia: -----

Ao longo da reunião foram tratados os seguintes pontos: -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ponto 4.1 - Processo n.º 1155/2026: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que foi efetuado um esforço de melhoria na organização e apresentação da informação relativa à atividade municipal, tendo em consideração as solicitações expressas pelos Srs. Deputados Municipais na última sessão ordinária da Assembleia Municipal. Esclareceu ainda que a informação foi estruturada por tipologia de atividade, distinguindo, por um lado, as iniciativas de carácter cultural e eventos, e, por outro, as reuniões de natureza mais institucional. Acrescentou ainda que, relativamente a estas últimas, foi identificada a presença dos intervenientes em cada reunião, bem como os principais assuntos tratados, apresentados de forma sintética e geral. Concluiu, colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais a questões ou dúvidas que viessem a ser colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, que iniciou a sua intervenção por solicitar ao Sr. Presidente da Mesa alguma tolerância adicional, com vista a poder colocar um conjunto de questões decorrentes da intervenção do Sr. Presidente da Câmara no Ponto 2 - “Período de Antes da Ordem do Dia”, atendendo à interrupção dos trabalhos para pausa. Referiu que as questões a colocar seriam de natureza sucinta, embora incidindo sobre matérias que se cruzam com a atividade municipal, começando por abordar a situação do Pocinho, designadamente no que respeita à estação de tratamento de água aí existente. Reforçou ainda a preocupação relativa à inexistência de uma ETAR em Numão, bem como a situação, anteriormente mencionada pelo Sr. Presidente da Câmara, nas localidades de Custóias e

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Chãs, verificando-se que algumas freguesias dispõem de infraestruturas desta natureza e outras não. -----

Prosseguiu com uma reflexão de natureza pessoal, referindo que a sua participação na vida política ativa, nomeadamente a adesão ao Partido Socialista, decorreu não apenas de uma identificação ideológica, assumidamente mais próxima de posições de esquerda, mas também de uma divergência quanto às prioridades políticas seguidas nas últimas décadas no concelho. Considerou que tais prioridades se têm vindo a revelar desalinhas com a sua visão pessoal da causa pública, particularmente no que respeita às decisões de investimento. -----

Defendeu, neste contexto, a necessidade de uma análise crítica ao percurso das últimas décadas, com o objetivo de identificar insuficiências e corrigi-las. Exemplificou com a questão dos concursos públicos que ficam desertos ou são adjudicados a empresas que posteriormente entram em insolvência, sugerindo a revisão dos critérios de adjudicação, com introdução de fatores de natureza multifatorial, para além do critério “*económico da obra*”. Sublinhou ainda a existência de atrasos recorrentes em diversas obras ao longo dos últimos vinte anos, defendendo que deve ser igualmente ponderada a definição de prioridades de investimento. Neste âmbito, considerou ser mais relevante assegurar o acesso à rede pública de abastecimento de água a habitações atualmente excluídas por se situarem fora do perímetro urbano, do que avançar com projetos de natureza menos essencial, como a “*Story House*” ou o Mercado Municipal. -----

De seguida, agradeceu a disponibilização do cronograma relativo ao Pocinho, referindo que os elementos apresentados evidenciam o estado da infraestrutura de tratamento de água, questionando, contudo, o que foi concretamente realizado nas últimas duas a três décadas neste domínio. Reconhecendo o tempo recente de exercício de funções do atual Executivo, salientou, ainda assim, a responsabilidade política acumulada ao longo dos anos pelo partido que tem liderado o Município (Partido Social Democrata),

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerando que não foram devidamente enfrentados os desafios estruturais do concelho. Acrescentou, como exemplo adicional, a recorrência de ruturas nas condutas de água em várias zonas do concelho, apontando para a ausência de uma estratégia consistente de renovação das infraestruturas ao longo do tempo, distinguindo entre a gestão corrente e a necessidade de planeamento a longo prazo. -----

No que concerne à atividade municipal, apresentou quatro questões concretas:

1. Solicitou esclarecimentos sobre a reunião realizada com a REN (Redes Energéticas Nacionais), no âmbito do projeto do gasoduto, questionando quais os desenvolvimentos e implicações para o concelho. -----
2. Questionou sobre o novo projeto turístico para Foz Côa, mencionado em reunião com a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Norte, pedindo informação adicional sobre o seu conteúdo. ----
3. Relativamente ao projeto da Piscina Municipal de Inverno, referiu tratar-se já da sétima revisão, questionando quando será possível dispor de um projeto finalizado e proceder à abertura do respetivo concurso público, tendo em conta que o equipamento se encontra encerrado há cerca de quatro anos. -----
4. Por último, solicitou esclarecimentos sobre os constrangimentos identificados na Fundação Côa Parque, mencionados em reunião recente, questionando sobre a natureza dos mesmos. -----

De seguida, interveio a **Sra. Deputada Municipal Cristina Moutinho** que, à semelhança do que já havia feito na última reunião, reiterou a necessidade de reforço da informação apresentada, não obstante reconhecer algumas melhorias introduzidas pelo Sr. Presidente da Câmara, designadamente ao nível da organização dos conteúdos por temas e áreas de intervenção. Contudo, considerou pertinente voltar a sublinhar a necessidade de uma exposição mais estruturada e sistemática de indicadores de desempenho



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

associados ao funcionamento dos serviços municipais e à qualidade da prestação dos mesmos. -----

Neste contexto, enquadrou a sua intervenção nos princípios gerais de gestão, salientando que qualquer organização deve pautar-se por critérios de eficiência, eficácia, economia e qualidade, com vista a assegurar a satisfação dos serviços prestados aos seus destinatários, neste caso, os munícipes. Acrescentou que a avaliação destes critérios exige a definição prévia de objetivos estratégicos, suportados por indicadores de desempenho devidamente estruturados e acompanhados por fórmulas de cálculo adequadas, que permitam aferir o grau de cumprimento das metas estabelecidas. Sublinhou ainda que, sempre que se verifiquem desvios face aos objetivos definidos, deverão ser desencadeados planos de ação específicos, com definição de prazos para a sua implementação e mecanismos de monitorização que permitam avaliar a eficácia das medidas adotadas, numa lógica de melhoria contínua. -----

Nesse sentido, observou que os relatórios de atividade municipal apresentados até à data não contêm indicadores de desempenho que permitam, com uma periodicidade mínima trimestral, responder a questões essenciais, designadamente: quais os objetivos estratégicos que orientam a atuação do Executivo e dos serviços municipais; quais os indicadores que suportam a avaliação do cumprimento das metas definidas; de que forma o Executivo avalia o seu próprio desempenho em termos de gestão municipal e de satisfação dos munícipes; e, por último, se a avaliação da gestão municipal se encontra assente exclusivamente na análise da execução orçamental, referindo que, nos últimos anos, esta tem ficado abaixo dos cinquenta por cento, o que, no seu entendimento, limita a capacidade de retirar conclusões robustas sobre o desempenho global. -----

Reforçou que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade do Executivo, necessita de instrumentos mais robustos de análise, considerando que a atual apresentação, centrada maioritariamente na



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enumeração de reuniões realizadas, na taxa de execução de obras e em informações de carácter geral, não permite uma avaliação rigorosa do desempenho do Executivo, nem da satisfação dos munícipes ou do impacto no desenvolvimento económico-social do concelho. -----

Neste sentido, propôs que, no próximo trimestre, o Executivo apresente à Assembleia um conjunto estruturado de objetivos estratégicos por área de atividade municipal, bem como os respetivos indicadores de desempenho, de forma a permitir uma avaliação mais consistente da qualidade da prestação dos serviços municipais. -----

Por fim, recordou que os balanços sociais referentes aos anos de 2023, 2024 e 2025 ainda não se encontram publicados na página oficial do Município, reiterando o interesse na sua análise, por constituírem instrumentos relevantes de gestão e de apoio à fiscalização das opções do Executivo. -----

Por último, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, que iniciou a sua intervenção referindo-se às reuniões realizadas entre o Executivo e a Unidade de Saúde Familiar (USF), de acordo com a informação disponibilizada na atividade municipal (a mais recente ocorrida no passado dia nove de janeiro), relativamente às quais considerou ser necessário um maior esclarecimento. -----

Enquadrando a sua intervenção na exposição anteriormente apresentada pela Sra. Deputada Municipal Helena Fachada e nas observações do Sr. Presidente da Câmara, entendeu ser pertinente acrescentar elementos de análise e suscitar questões que, no seu entendimento, não foram devidamente abordadas. Salientou que, embora exista uma preocupação generalizada com a situação, importa clarificar, de forma objetiva, as medidas que têm sido efetivamente adotadas. -----

Referiu que uma das principais preocupações se prende com o facto de a USF, criada em novembro de dois mil e vinte e cinco, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 103/2023, de sete de novembro, ter sido constituída sem polos, conforme

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consta no Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (BI-CSP), o que implica a inexistência de obrigatoriedade de prestação de serviços nas extensões de saúde. Sublinhou que esta configuração não resultou de imposição da Unidade Local de Saúde (ULS), mas antes das propostas de contratualização apresentadas pela própria unidade. -----

Acrescentou ainda que o legislador, através do Decreto-Lei n.º 102/2023, de sete de novembro, assegurou a presença de um representante dos municípios no Conselho de Administração das ULS, o que confere às autarquias participação nas decisões estratégicas na área da saúde. Neste contexto, questionou se essa representação foi efetivamente utilizada para a defesa dos interesses do concelho. -----

Abordou ainda o horário de funcionamento atualmente praticado pela USF, considerando que o mesmo não cumpre o regime legal aplicável, o que indicia a existência de um processo negocial entre a ULS e a própria unidade, posteriormente aprovado. Questionou, assim, qual a posição assumida pelo representante do Município, se a Autarquia foi formalmente ouvida neste processo e se defendeu a manutenção dos polos e o cumprimento do horário previsto no enquadramento legal. -----

No que respeita aos indicadores de desempenho da unidade, referiu que o índice global se situa nos sessenta e seis vírgula nove, classificando-o como um desempenho intermédio-baixo, pouco atrativo para a captação de novos profissionais. Indicou ainda que apenas uma médica cumpre a lista padrão de mil quinhentos e cinquenta utentes, sendo esta profissional aposentada, enquanto os restantes médicos apresentam listas incompletas. Relativamente à equipa de enfermagem, mencionou que, dos oito enfermeiros associados à unidade, quatro não tinham utentes atribuídos em dezembro de dois mil e vinte e cinco. Referiu ainda que se verifica um baixo índice de consultas médicas, incluindo consultas no próprio dia, identificando fragilidades no desempenho global da unidade. Neste sentido, manifestou discordância relativamente à posição anteriormente expressa pela Sra. Deputada Municipal Helena

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fachada, considerando que os dados disponíveis não sustentam a necessidade de reforço da equipa, mas antes evidenciam insuficiências ao nível da organização e funcionamento. -----

Transpondo esta realidade para o contexto do concelho, destacou as características demográficas e territoriais, nomeadamente a dispersão populacional pelas catorze freguesias, o envelhecimento acentuado e as limitações ao nível dos transportes públicos. Referiu que, embora as extensões de saúde possam parecer necessárias, podem também não ser perfeitas, dado que podem fragmentar os recursos, considerando que a sua manutenção deve ser objeto de avaliação, alertando que a sua eliminação sem estudo de impacto constitui uma decisão discutível. -----

Questionou, assim, se a Autarquia promoveu algum estudo sobre o impacto da inexistência de polos junto da população mais envelhecida e isolada, e se foi ponderada a adoção de um modelo híbrido, que assegurasse a manutenção de extensões nas freguesias mais distantes e com maior índice de envelhecimento. Reconheceu que a Autarquia não detém competência exclusiva na matéria, embora tenha evidenciado um papel ativo na modernização das infraestruturas. Ainda assim, salientou que a ausência de intervenção política assertiva poderá comprometer a defesa dos interesses da população, questionando, de forma direta, se a Câmara Municipal foi formalmente ouvida, qual a posição assumida pelo representante do Município nas decisões da ULS e que medidas concretas estão previstas para garantir a acessibilidade aos cuidados de saúde. Referiu, a este propósito, o projeto “Saúde sobre Rodas”, considerando que poderá desempenhar um papel relevante, embora careça de aperfeiçoamento. Questionou ainda sobre a existência de um Plano Municipal de Saúde atualizado. -----

Por fim, passando a um ponto de âmbito mais alargado, e tendo em conta as diversas reuniões do Executivo com entidades como a Associação de Municípios do Douro Superior, a CCDR e a Fundação Côa Parque, questionou se tem sido exercida pressão concreta por parte do Executivo e das entidades



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intermunicipais para a remoção das ensecadeiras do rio Côa, procedimento que considerou essencial para a reabilitação fluvial, a gestão hídrica da região e a proteção da arte rupestre do Vale do Côa, classificada como Património Mundial pela UNESCO. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, iniciou a sua intervenção defendendo a atuação do Executivo Municipal e dos sucessivos executivos que têm governado o Município, salientando que os mesmos têm sido legitimados por via eleitoral. Referiu que, ao longo dos diversos atos eleitorais, o Partido Social Democrata tem merecido a confiança dos eleitores, o que, no seu entendimento, valida o projeto político apresentado e a ação desenvolvida. Recordou que, nos últimos ciclos governativos, o Município foi liderado por diferentes Presidentes de Câmara, mencionando os mandatos anteriores, incluindo o período em que o Partido Socialista exerceu funções durante quatro anos. Sublinhou que o funcionamento democrático assenta precisamente na alternância e na legitimidade conferida pelo voto, sendo as opções políticas sufragadas pela população. -----

Relativamente às opções de investimento, nomeadamente no que concerne a projetos como a “*Story House*” e o Mercado Municipal, enquadrando as decisões tomadas no âmbito das oportunidades de financiamento disponíveis, designadamente fundos comunitários, cuja aplicação obedece a regras específicas e a enquadramentos previamente definidos. Esclareceu que tais financiamentos não podem ser livremente alocados a outras áreas, como seria o caso da construção de ETAR, não sendo possível transferir verbas entre tipologias de investimento distintas. Acrescentou ainda que o orçamento municipal, situado entre os dez e os doze milhões de euros anuais, permite



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essencialmente assegurar despesas correntes e a realização de intervenções de pequena dimensão, sendo a concretização de obras estruturantes dependente da captação de financiamento externo. Sublinhou que esta realidade é comum à generalidade dos municípios da região. -----
Reconheceu que as opções de investimento são, naturalmente, discutíveis e resultam de orientações políticas, sendo legítimo que existam divergências quanto às prioridades definidas. Ainda assim, manifestou concordância global com o percurso seguido, sem prejuízo de admitir que poderão ter ocorrido erros ao longo dos anos, inerentes a qualquer processo de governação prolongado. -
No que respeita à reunião com a REN (Redes Energéticas Nacionais) sobre o projeto do gasoduto, esclareceu que se tratou de uma reunião preliminar, no âmbito de uma eventual reativação de um processo anteriormente equacionado (entre dois mil e dezassete e dois mil e dezoito), que acabou por não avançar, em parte devido à contestação por parte da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, relacionada com o impacto paisagístico na região do Douro. Indicou que existe novamente a intenção de desenvolver o projeto, podendo o traçado vir a atravessar o concelho de Foz Côa. Referiu que, nessa reunião, transmitiu que qualquer solução deverá acautelar rigorosamente a minimização dos impactos ambientais e visuais, atendendo à sensibilidade do território, classificado como património mundial. Acrescentou ainda que solicitou o acesso a informação detalhada, de forma a permitir um acompanhamento rigoroso do processo e a defesa dos interesses do concelho. Relativamente à reunião na CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Norte, referiu que a mesma esteve relacionada com o investimento no território, no âmbito de um potencial investimento privado, esclarecendo, em seguida, que se trata de um processo que ainda não se encontra concluído, estando numa fase preliminar de análise e enquadramento. Sobre isso, referiu que o trabalho desenvolvido pelo Município tem incidido, sobretudo, no cumprimento das imposições e requisitos definidos pelas entidades competentes, com particular atenção às especificidades



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorrentes da dupla classificação do território como património mundial. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal tem assumido um papel de mediação entre os investidores e as entidades reguladoras, apoiando na clarificação das normas e exigências aplicáveis, especialmente quando se trata de investidores externos à região, que, numa fase inicial, evidenciam maiores dificuldades com o enquadramento regulamentar. Sublinhou que compete também ao Município facilitar este processo de articulação institucional, contribuindo para a avaliação da viabilidade económica dos projetos e para a sua eventual concretização, dentro dos parâmetros legais e patrimoniais exigidos. -----

Quanto ao projeto da Piscina Municipal de Inverno, reconheceu tratar-se de um processo que se tem prolongado excessivamente no tempo, encontrando-se atualmente numa fase final de revisão (a oitava). Manifestou expectativa de que o processo possa ser concluído em breve, com a subsequente abertura do concurso público, admitindo que a duração do processo, próxima dos seis anos, ultrapassa largamente o que seria expectável. -----

No que concerne à Fundação Côa Parque, referiu que, em sede de Conselho Consultivo, foi apresentada uma análise à atividade da Fundação, tendo sido identificados constrangimentos associados à execução de candidaturas, algumas com vários anos, que apresentam níveis de execução reduzidos (a rondar taxas de execução na ordem dos dois a cinco por cento). Indicou que a proximidade dos prazos de conclusão dessas candidaturas coloca dificuldades adicionais ao cumprimento dos compromissos assumidos. -----

Por último, introduziu um aparte relativamente à questão da água, em particular no que respeita à poupança e à eficiência hídrica do sistema municipal. Referiu dispor de dados que evidenciam o grau de eficiência na rede de distribuição em baixa, os quais classificou como muito positivos, sobretudo tendo em conta as limitações inerentes à gestão pública. Salientou que, apesar das diferenças face à gestão em entidades privadas, os resultados alcançados pelo Município são, no seu entendimento, dignos de registo. Indicou que, no sistema de



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abastecimento de Ranhados, se verificou, entre os anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte cinco, uma redução de duzentos e doze mil, quinhentos e oitenta e oito metros cúbicos no volume de água de entrada no sistema, o que corresponde a uma diminuição de vinte e quatro, vírgula sete por cento. Esclareceu que a “entrada no sistema” corresponde ao volume de água fornecido ao Município pela Águas do Norte, enquanto a “saída” se refere ao consumo registado nos contadores. Sublinhou que estes resultados refletem o investimento contínuo realizado pela Câmara Municipal na melhoria da eficiência da rede de distribuição, tendo já partilhado esta avaliação com a equipa responsável pelo setor, manifestando o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. -----

Acrescentou que o quadro de investimentos prioritários do Município contempla verbas na ordem de um a um milhão e meio de euros destinadas ao reforço da eficiência do sistema de distribuição de água, o que permitirá consolidar e aprofundar os resultados já alcançados. Concluiu afirmando que, apesar de reconhecer a possibilidade de melhoria contínua, considera que o Município tem desenvolvido um trabalho positivo nesta área, tendo em conta os meios e recursos disponíveis. -----

Sobre a intervenção da **Sra. Deputada Municipal Cristina Moutinho**, esclareceu que, no que concerne aos critérios de avaliação e ao sistema SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), os mesmos são de natureza pública, sendo aprovados em sede de reunião de Câmara, à semelhança dos indicadores de desempenho, os quais também são definidos, apresentados e tornados públicos no âmbito desses procedimentos. -----

Reconheceu que a orientação para a melhoria contínua deve constituir um princípio orientador de qualquer organização, incluindo a Câmara Municipal, sublinhando a importância da sua prossecução na gestão autárquica. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente aos indicadores de desempenho, reiterou o entendimento de que os mesmos se encontram acessíveis ao público, uma vez que são apresentados e discutidos em reuniões de Câmara, no decurso das quais assumem natureza pública. -----

No que respeita ao balanço social, informou que se trata de uma matéria já abordada em reunião anterior, tendo sido solicitado que os documentos fossem disponibilizados publicamente. Indicou que a informação de que dispõe aponta no sentido de que essa disponibilização já terá ocorrido. Não obstante, comprometeu-se a proceder a nova verificação, com vista a confirmar se os documentos se encontram efetivamente acessíveis no sítio institucional do Município, admitindo a possibilidade de os mesmos estarem inseridos em áreas de acesso menos direto. Acrescentou que o processo foi acompanhado por si, tendo sido dado encaminhamento para a sua publicação. -----

Relativamente à intervenção da **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, esclareceu que os indicadores apresentados dizem respeito ao funcionamento interno da USF e à atividade dos seus profissionais, matéria que não se insere diretamente no âmbito de competências do Município. Ainda assim, salientou que a Câmara Municipal se tem procurado articular com a Unidade Local de Saúde (ULS), no sentido de acompanhar e contribuir para a resolução das questões identificadas. -----

Relativamente à representação municipal na ULS, informou que estabeleceu contacto direto com a Sra. Presidente do Conselho de Administração da ULS, Dra. Rita Figueiredo, bem como com o Diretor Clínico para os Cuidados de Saúde Primários, Dr. Bruno Morrão, tendo manifestado preocupação quanto ao encerramento temporário das extensões de saúde, sublinhando o impacto negativo na proximidade dos serviços à população do concelho. Referiu que transmitiu a disponibilidade da Câmara Municipal para colaborar em todas as medidas necessárias à manutenção e reabertura das extensões, tendo reiterado a importância de garantir que o encerramento provisório não se torne



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

definitivo. Acrescentou que o Município respondeu favoravelmente aos pedidos de investimento necessários para a manutenção dessas estruturas e que continuará disponível para colaborar em iniciativas adicionais solicitadas pela ULS. Sublinhou que o objetivo do Executivo é assegurar a proximidade dos cuidados de saúde às populações, quer através das extensões, quer através do centro de saúde na sede do concelho, comprometendo-se a continuar a trabalhar em soluções que reforcem essa proximidade. Neste âmbito, afirmou a possibilidade de o Município implementar um projeto de transporte flexível e a pedido, vocacionado para apoiar a população, em particular a mais envelhecida ou com maiores dificuldades económicas, no acesso aos serviços localizados na sede do concelho, incluindo os serviços de saúde, complementando a oferta de transporte público existente. -----

No que respeita à questão das ensecadeiras no rio Côa, informou que o tema foi abordado em sede de Conselho Consultivo da Fundação Côa Parque. Referiu que, numa fase inicial, o processo esteve a cargo da associação *Rewilding Portugal*, que desenvolveu os primeiros estudos técnicos. Indicou ainda que a Fundação Côa Parque tem acompanhado o processo em articulação com diversas entidades, designadamente a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Norte. Acrescentou que o processo se encontra atualmente numa fase de avaliação quanto à entidade que deverá assumir a sua condução, tendo em conta, sobretudo, a necessidade de assegurar financiamento adequado, nomeadamente através do Fundo Ambiental. Referiu que estão igualmente em análise diferentes soluções técnicas, incluindo a remoção parcial ou total da ensecadeira, bem como os impactos ambientais associados a cada uma dessas opções, considerando que a infraestrutura já se encontra implantada há vários anos. Concluiu que, apesar do trabalho já desenvolvido, persistem aspetos técnicos por aprofundar, sendo a Fundação Côa Parque o principal interlocutor para o acompanhamento do processo e para a definição dos próximos passos. -----

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ainda neste ponto, após permissão do Sr. Presidente da Mesa, interveio novamente o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, solicitando esclarecimentos adicionais em relação a duas matérias. -----

Em primeiro lugar, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o processo do gasoduto, designadamente se, na fase preliminar do projeto, existe já conhecimento do possível traçado da infraestrutura no território do concelho. ---

Em segundo lugar, relativamente à questão dos financiamentos, reconheceu que os mesmos se encontram vinculados a enquadramentos específicos e não podem ser livremente afetos a áreas distintas das previstas, como cultura, economia ou outras áreas funcionais. Ainda assim, questionou se, ao longo das últimas décadas, não terão sido considerados ou mobilizados outros instrumentos de financiamento, nomeadamente através do Fundo Ambiental, do FEDER, do PO SEUR, do PT 2020 ou do PT 2030, que pudessem ter sido utilizados para a resolução de necessidades estruturais do concelho, em particular no que respeita à construção ou requalificação das ETAR's. -----

De seguida, ainda dentro do mesmo ponto, interveio, a **Sra. Deputada Municipal Cristina Moutinho**, a qual reforçou a questão dos indicadores de desempenho da atividade municipal, esclarecendo que não desconhece a existência dos critérios de avaliação, nem o enquadramento do SIADAP, nem o carácter público dos mesmos. Contudo, sublinhou que a sua questão não se prende com a existência desses instrumentos, mas sim com a forma como os mesmos são sistematicamente apresentados, no âmbito da Assembleia Municipal, considerando que, atualmente, a informação disponibilizada é insuficiente para permitir um acompanhamento adequado da evolução da atividade municipal. -----

Referiu que, embora seja possível consultar individualmente informação no portal institucional do Município, entende que não deve recair sobre os membros da Assembleia Municipal a responsabilidade de recolher e

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sistematizar esses dados para efeitos de análise do desempenho do Executivo. Defendeu, nesse sentido, que deve caber ao Executivo Municipal a apresentação estruturada e periódica dessa informação. Sugeriu ainda que, numa lógica de acompanhamento trimestral, fossem disponibilizados indicadores mais detalhados sobre a prestação dos serviços municipais, não apenas ao nível macro, mas também ao nível micro, permitindo avaliar a qualidade do serviço prestado à população. A título de exemplo, referiu indicadores como o número de munícipes atendidos pelos serviços municipais, os tempos de resposta e de atendimento, bem como a adequação desses tempos aos padrões estabelecidos. -----

Acrescentou que não pretende a apresentação exaustiva de todos os indicadores existentes, nem a divulgação integral dos objetivos do SIADAP, reconhecendo que estes instrumentos existem por imposição legal. Ainda assim, defendeu que deveria existir uma sistematização mais acessível e centralizada da informação, designadamente através de relatórios ou de um ponto único de consulta, que permita à Assembleia Municipal acompanhar de forma mais eficiente a atividade do Executivo e avaliar as opções de gestão adotadas. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar novos esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais, respondeu que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, será apresentado um relatório municipal global, o qual permitirá uma consulta abrangente e integrada de todos os indicadores de atividade municipal. Sublinhou ainda que o relatório global permitirá uma visão mais completa e estruturada do trabalho desenvolvido em todas as áreas, considerando que a gestão municipal abrange

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um conjunto muito alargado de domínios, como proteção civil, setor florestal, agricultura, atendimento ao público, obras públicas e obras particulares, entre outros. -----

Reconheceu que a seleção pontual de indicadores específicos para cada sessão da Assembleia Municipal poderá não ser a solução mais adequada, atendendo à complexidade e amplitude da atividade municipal. Não obstante, manifestou abertura para o desafio apresentado, admitindo a possibilidade de, em futuras sessões da Assembleia Municipal, vir a ser reforçada a disponibilização de indicadores mais sintéticos e globais que permitam uma leitura mais objetiva da atividade do Município. -----

A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

Ponto 4.2 - Processo n.º 7248/2025: Conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2026 da Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Afirmou que este é um ponto para conhecimento, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários a qualquer questão ou dúvida que viessem a ser colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, o qual tomou a palavra para referir que, do seu entendimento, o investimento em causa constitui um dos exemplos em que o investimento municipal se traduziu



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivamente em retorno financeiro. Neste sentido, defendeu que esta linha de atuação deverá ser continuada com mais ambição, em dois mil e vinte e sete. - Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, propôs que, no âmbito da alteração ao Plano Anual de Atividades e ao Orçamento da empresa municipal Ribeira da Teja, seja considerada a inclusão de verbas destinadas à realização de estudos prospetivos sobre o posicionamento futuro da empresa face ao mercado. Mais, sugeriu a contratualização de um consultor de engenharia independente, com a incumbência de proceder a uma avaliação técnica rigorosa da metodologia de operação e manutenção atualmente em vigor, garantindo assim uma análise isenta e especializada. Acrescentou que tal avaliação deverá igualmente incidir sobre a identificação de eventuais melhorias ao nível das instalações, considerando este como um ponto central para a otimização da exploração. Sublinhou que o objetivo último destas medidas deverá ser a redução dos custos operacionais e a maximização dos dividendos, salientando que, na qualidade de acionista maioritário, compete à Autarquia assegurar a melhor gestão possível dos ativos, zelando pelos interesses dos fozcoenses. -----

De seguida, deixou ainda uma proposta de natureza estratégica, sugerindo que, atendendo ao caráter viável e gerador de rendimento deste projeto, seja ponderada a análise da viabilidade do reforço da mini-hídrica do Catapereiro, através da eventual introdução de uma central hidroelétrica reversível (*Pumped Hydro Storage* – PHS). Salientou que, apesar do investimento inicial associado a este tipo de infraestruturas ser elevado, os indicadores disponíveis apontam para um período de retorno financeiro estimado entre doze e dezoito anos, bem como para níveis de rentabilidade potencialmente significativos. Indicou, a título de exemplo, que tal solução poderia traduzir-se num acréscimo médio de receita anual na ordem dos trezentos mil euros, reforçando a capacidade financeira da entidade gestora. -----

Sugeriu ainda que o Município equacione a análise de outras localizações com potencial para a implementação de mini-hídricas, referindo concretamente as



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zonas de Almendra e Tomadias, há muito identificadas como possíveis oportunidades neste domínio. Recordou, a este propósito, o exemplo do concelho de Ribeira de Pena, onde a aposta neste tipo de infraestruturas permitiu não só a produção de energia, mas também a valorização complementar do território, nomeadamente através da criação de praias fluviais. Reiterou que este tipo de investimento representa uma abordagem estratégica que permite simultaneamente gerar receita e melhorar as condições de vida das populações. Por último, acrescentou que, no que respeita a outras formas de produção energética, como a eólica e a solar, entende que, no contexto paisagístico do concelho, a sua implementação deverá ser ponderada com cautela, admitindo, no entanto, a sua aplicação nos telhados dos edifícios, onde o impacto visual é menor. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Deputado Municipal. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, disse concordar, em grande medida, com o seu conteúdo, no que respeita à instalação de infraestruturas de produção energética de grande impacto paisagístico, como é o caso das eólicas e de alguns projetos solares de larga escala, posição com a qual afirmou igualmente identificar-se. -----

Relativamente à questão da mini-hídrica, reconheceu que se trata de um investimento realizado no passado que, no presente, evidencia níveis de rentabilidade muito significativos para o Município. Contudo, salientou a existência de um conjunto de incertezas que impedem, para já, a tomada de uma decisão definitiva quanto ao futuro desta infraestrutura, sublinhando a necessidade de auscultar diversos especialistas antes de qualquer decisão. Neste contexto, alertou para uma alteração estrutural relevante no modelo de comercialização de energia elétrica, prevista para o final do ano de dois mil e



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e sete, que implicará a transição para um regime de mercado com funcionamento em lógica de bolsa. Explicou que, nesse novo enquadramento, a energia passará a ser adquirida em função da disponibilidade e do preço mais baixo, o que poderá ter um impacto muito significativo nas receitas atualmente geradas. A título de exemplo, mencionou que, com base em dados recentes, a faturação registada no mês de janeiro rondou os duzentos e setenta e um mil, duzentos e noventa euros, tendo nos primeiros dezanove dias de fevereiro atingido o montante de trezentos e doze mil, trezentos e oitenta e cinco euros, valores que, embora correspondam a faturação e não a lucro, considerou bastante expressivos, em grande parte influenciados pela elevada pluviosidade verificada nesse período. Todavia, advertiu que, caso o atual enquadramento de mercado já tivesse cessado, esses valores sofreriam uma redução muito acentuada, passando de cerca de trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco euros para aproximadamente doze mil, cento e quarenta euros, o que evidencia a magnitude do impacto associado à mudança de paradigma. -----

Face a este cenário, afirmou que o Executivo Municipal terá necessariamente de equacionar, com elevado grau de ponderação, todas as opções disponíveis, incluindo eventuais soluções que permitam otimizar o aproveitamento da infraestrutura existente, como sejam sistemas de bombagem e reutilização de água. Ainda assim, reforçou que o fator determinante reside na alteração das condições de mercado, que deixarão de garantir a absorção integral da energia produzida. Acrescentou que o Município dispõe ainda dos anos de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete para proceder a uma análise aprofundada da situação. Recordou igualmente que a concessão atribuída pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) se encontra em vigor até dois mil e trinta e cinco, o que constitui outro elemento relevante a considerar no processo de decisão. -----

Concluiu, reforçando que estão em causa investimentos de montante elevado e uma infraestrutura que tem representado uma fonte de receita importante para



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Município, sem registo de problemas significativos ao nível da manutenção. Não obstante, sublinhou que a previsível alteração do enquadramento do setor energético configura uma mudança de paradigma que exige uma reflexão cuidada e fundamentada, de modo a salvaguardar, da melhor forma, o interesse público municipal e a sustentabilidade futura deste ativo. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2026 da Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. -----

Ponto 4.3 - Processo n.º 543/2026: Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025 (artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025 de 30 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2026) – Introdução do Saldo de Gerência de 2025 (orçamental). -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, esclareceu que o montante em causa corresponde ao saldo apurado a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sendo a sua integração no Orçamento Municipal uma formalidade necessária para efeitos de execução orçamental. Explicou ainda que a introdução deste saldo no orçamento obedece a uma imposição legal, carecendo, por esse motivo, de aprovação pela Assembleia Municipal, de forma a permitir a sua posterior utilização nos termos legalmente previstos. -----

Acrescentou que o presente ponto se destina exclusivamente à incorporação do saldo, sendo que a sua distribuição pelas diversas rúbricas orçamentais será objeto de deliberação noutra Ponto da ordem de trabalhos. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções, o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025 (artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025 de 30 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2026) – Introdução do Saldo de Gerência de 2025 (orçamental). -----

Ponto 4.4 - Processo n.º 558/2026: Conhecimento da Declaração – Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2025, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, informou que todos os investimentos plurianuais definidos no ano de dois mil e vinte e cinco se encontram devidamente refletidos, em termos de cumprimento orçamental, no ano de dois mil e vinte e seis e nos anos subsequentes. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Declaração do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2025, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Ponto 4.5 - Processo n.º 674/2026: Conhecimento da Declaração – Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2025, nos

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, esclareceu que a informação apresentada reporta aos valores registados à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no que respeita a dívidas e pagamentos da Câmara Municipal. Salientou, contudo, que nem todos os montantes constantes do documento correspondem efetivamente a dívida, uma vez que uma parte significativa resulta de faturas emitidas no mês de dezembro, cujo pagamento ocorre apenas no mês de janeiro do ano seguinte. Referiu, por isso, que poderá existir alguma discrepância entre os valores apresentados e aqueles que, em termos rigorosos, constituem efetivamente dívidas. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Declaração do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Ponto 4.6 - Processo n.º 832/2026: Apreciação e votação das novas peças do procedimento do Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, autorização de despesa plurianual e aprovação da reprogramação financeira. -----

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Referiu que esta matéria é transversal a todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal com competências delegadas na área dos transportes, constituindo uma obrigação legal. Explicou que, inicialmente, apenas se encontrava previsto um compromisso plurianual até ao ano de dois mil e trinta; contudo, o atraso verificado no procedimento de concurso público tornou necessário proceder à sua extensão até dois mil e trinta e um. Acrescentou ainda que a deliberação da Assembleia Municipal é indispensável para que a Comunidade Intermunicipal possa efetuar a contratação e dar continuidade ao concurso público. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por unanimidade, as novas peças do procedimento do Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, autorização de despesa plurianual e aprovação da reprogramação financeira. -----

Ponto 4.7 - Processo n.º 842/2026: Apreciação e votação da proposta da Primeira Alteração Modificativa: -----

a) Receita; -----

b) Despesa; -----

c) Plano Plurianual de Investimentos; -----

d) Plano de Atividades Municipais. -----

Por indicação do **Sr. Presidente da Mesa**, o ponto foi apreciado em conjunto, mas votado em separado. -----

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que o mesmo abrange a introdução do saldo de gerência, anteriormente mencionada, bem como a sua distribuição pelas diferentes rúbricas do orçamento. Informou ainda que se encontrava disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que os Srs. Deputados Municipais entendessem solicitar sobre o assunto. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções, a Primeira Alteração Modificativa da Receita. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções, a Primeira Alteração Modificativa da Despesa. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções, a Primeira Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções, a Primeira Alteração Modificativa do Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto 4.8 - Processo n.º 867/2026: Apreciação e votação da Proposta – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026. -----

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que implica necessidades que deveriam ter sido acauteladas aquando da aprovação do orçamento, do mapa de pessoal e do plano de recrutamento. Assumiu que, por lapso, as mesmas não foram devidamente consideradas naquele momento, motivo pelo qual solicitou aos serviços a elaboração da presente alteração, a qual carece de aprovação pela Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezoito votos a favor e nove abstenções, a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026. -----

Ponto 4.9 - Processo n.º 871/2026: Apreciação e votação da Proposta de nomeação do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de Dirigente Intermédio de 2º grau da Divisão de Higiene e Meio Ambiente e Obras Particulares. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que, como é do conhecimento público, um Chefe de Divisão solicitou mobilidade para outro município, tendo o respetivo lugar sido assegurado, a título provisório. Informou ainda que se encontra agora em preparação a abertura do procedimento concursal com vista ao provimento definitivo do cargo de Chefe de Divisão. -----

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezoito votos a favor e nove abstenções, a Proposta de nomeação do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de Dirigente Intermédio de 2º grau da Divisão de Higiene e Meio Ambiente e Obras Particulares. -----

Ponto 4.10 - Processo n.º 1116/2026: Conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, referente ao ano de 2025. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que diz respeito a um documento para conhecimento, afirmando, de seguida, que se encontrava disponível para prestar os esclarecimentos necessários a qualquer questão ou dúvida que viessem a ser colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, referente ao ano de 2025. --

**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Encerramento da reunião: -----

Foi lavrada e lida a minuta da reunião pela Primeira Secretária da Mesa, a qual foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi declarado, pelo Sr. Presidente da Mesa, o encerramento da reunião às catorze horas e trinta minutos. -----

**O Presidente da Mesa,
FILIPE MANUEL FARTO PALAVRA**

**A Primeira Secretária,
MARILUZ PASSEIRA MARÇAL PASSEIRA**

**A Segunda Secretária,
JULIANA SOFIA RIBEIRO MELO PINTO**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



50 Anos do Poder Local

Voto de louvor e saudação a todos os autarcas que exerceram funções na Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesias

Considerando que:

1. A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, celebra em 2026 o seu quinquagésimo aniversário, coincidindo com os 50 anos das primeiras eleições autárquicas democráticas;
2. Ambos os marcos resultam da Revolução de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura fascista e abriu caminho à democracia em Portugal;
3. Depois da conquista da liberdade e da promulgação da Constituição, a nossa vida democrática nacional conheceu um novo marco - um marco indelével - com a realização das primeiras eleições autárquicas;
4. Pela primeira vez, em 1976, os portugueses escolheram os seus representantes na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e nas Assembleias de freguesias;
5. Volvidos 50 anos, hoje será legítimo afirmar com propriedade que o acesso à educação, à cultura e à saúde, a infraestruturas rodoviárias e equipamentos desportivos, sociais e de juventude são muito fruto do trabalho dos autarcas e do seu labor árduo em conceder a todos os portugueses uma vida digna na plenitude democrática;
6. Não há dúvida em afirmar sem reservas que o poder local tem desempenhado um papel incomensurável e fundamental na defesa dos cidadãos e da sua qualidade de vida, na defesa da coesão territorial, na renovação urbana, na proteção social dos mais desfavorecidos e na promoção do investimento;
7. Nestes 50 anos, as autarquias, sejam elas os Municípios ou as Freguesias, passaram por muitas transformações, quer nas alterações aos quadros legais que lhes foi vindo a ser aplicável, quer na sua autonomia administrativa e financeira, mas e também ao abrigo do espírito do princípio da subsidiariedade, viram a sua área de influência alargada por força das constantes políticas de delegação de competências levadas a efeito, e mesmo, sem que por vezes, pese embora, as mesmas não viessem acompanhadas de um pacote financeiro em conformidade, sempre que foram chamadas, as autarquias responderam com eficiência e com resultados;
8. Se é certo que a realidade do poder local evoluiu muito nestas cinco décadas, não será menos certo afirmar que no presente, somos confrontados com novos e exigentes desafios, na certeza de que o poder local é e será sempre uma missão inacabada;
9. Este ano assinala-se o cinquentenário da implementação do Poder Local democraticamente eleito;
10. É por isso momento para louvar e reconhecer todos os autarcas que no nosso concelho exerceram funções neste quadro, mas também é momento de renovar a nossa confiança nos autarcas do presente e no seu papel fundamental para uma vida democrática saudável, verdadeiramente representativa, respeitadora das identidades, descentralizada, ágil, empática e próxima das pessoas, e que assim sirvam de exemplo e inspiração para o futuro e para os autarcas do futuro.

Atento ao exposto, por ocasião da data comemorativa dos 50 Anos do Poder Local, venho propor a aprovação de um voto de louvor e saudação a todos os autarcas democraticamente eleitos que exerceram funções na Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesias, o que se faz nos termos do art. 38.º n.º1 alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Assinado por: **Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha**
Num. de Identificação
Data: . . .

Vila Nova de Foz Côa, 27 de fevereiro de 2026



Proposta

Na sequência da apresentação do um voto de louvor e saudação a todos os autarcas democraticamente eleitos que exerceram funções na Assembleia Municipal, Camara Municipal e Assembleias de Freguesias, e pelos fundamentos daí constantes;

Considerando o quinquagésimo aniversário das primeiras eleições autárquicas, deve ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático e de reconhecimento e saudação para com todos os autarcas que exerceram funções na Assembleia Municipal, Camara Municipal e Assembleias de Freguesia do Concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Considerando que a Assembleia Municipal é considerada o órgão deliberativo máximo de cada município e é vista como um expoente da democracia local, representativa e participativa.

Considerando que lhe compete *“Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município...”* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do anexo à Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro;

Proponho, nos termos conjugados do artigo 11.º n.º 1 alínea c) e 19.º n.º 1 alínea d) ambos do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa, a criação de uma Comissão ou grupo trabalho conforme previsão regimental (cfr. Anexo B do Regimento) com vista a levar a efeito as comemorações do quinquagésimo aniversário das primeiras eleições autárquicas e bem assim que esta Comissão organizadora ou grupo de trabalho organizador aprove um programa que dignifique a importância destas comemorações e do reconhecimento pelos autarcas democraticamente eleitos desde 1976.

Vila Nova de Foz Côa, 27 de fevereiro de 2026

Assinado por: **Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha**
Num. de Identificação:
Data:



Nota de Pesar: Ana Paula Trigo

É com profundo pesar e um enorme sentido de perda que nos despedimos **Ana Paula Ferreira Trigo**, uma figura incontornável de **Vila Nova de Foz Côa**, uma companheira, uma amiga.

Uma Mulher de causas e de uma dedicação exemplar à causa pública, Paula Trigo deixa um legado imaterial que se divide entre as salas de aula e esta assembleia municipal. Como docente, moldou gerações com saber e humanismo. Na esfera política, serviu o concelho com distinção enquanto **1.ª Secretária da Assembleia Municipal**, onde o seu sentido de responsabilidade e elegância democrática foram sempre marcas distintivas.

A sua partida precoce deixa um vazio imenso na comunidade fozcoense, e em todos aqueles que tiveram o privilégio de privar com a sua retidão e generosidade. Neste momento de dor, endereçamos as mais sentidas condolências à família, amigos e colegas, homenageando uma vida inteira dedicada ao serviço público na nossa comunidade.



Nota de Pesar: António dos Santos Aguiar Gouveia

Expressamos o nosso reconhecimento e gratidão ao António dos Santos Aguiar Gouveia, cuja partida deixa um vazio imenso na nossa comunidade fozcoense. Comendador, Deputado da Assembleia da República, Antigo Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Presidente da Câmara Municipal, foi uma das figuras mais respeitadas da história política e social do concelho. António Gouveia dedicou grande parte da sua vida ao serviço público, liderando os destinos de Foz Côa com uma visão reformadora e um compromisso inabalável com o desenvolvimento da região. O seu legado como autarca é pautado pela proximidade às pessoas e pela defesa intransigente dos interesses fozcoenses, qualidades que lhe valeram o reconhecimento e a admiração de todos, independentemente de cores políticas. Neste momento de luto, endereçamos as nossas mais sentidas condolências à sua família e amigos, honrando a memória de quem tanto contribuiu para a identidade e progresso de Vila Nova de Foz Côa.

